AGROANALYSIS

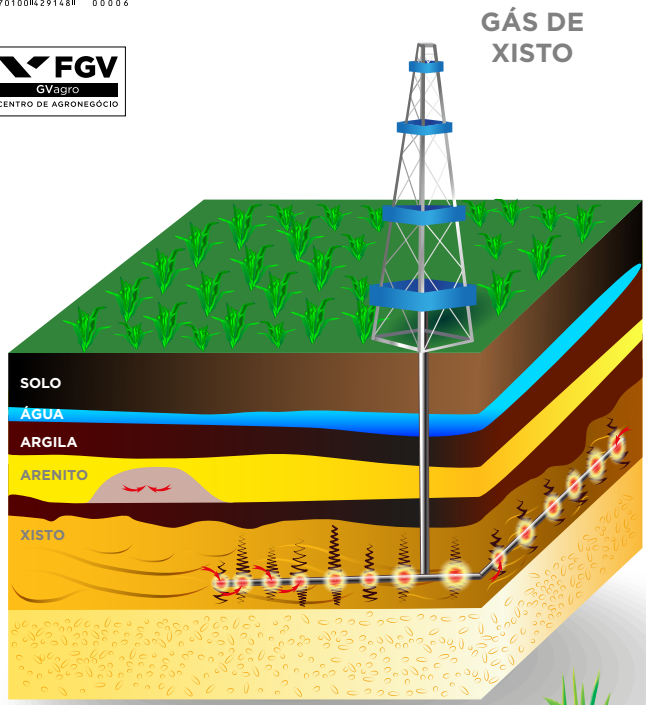
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 34 | Nº 06 | JUNHO 2014 | R$ 17,00

ISSN 0100-4298

FGV GVagro CENTRO DE AGRONEGÓCIO

XISTO TEM POUCO IMPACTO SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA





EUCALIPTO | RENDIMENTO SEGURO, MAS DEMORADO

CADASTRO AMBIENTAL RURAL | OBRIGATÓRIO E DE DIFÍCIL PREENCHIMENTO

PLANO SAFRA | CONHEÇA A NOVA TABELA DE CRÉDITO RURAL

O agronegócio é o seguinte

CELEBRAR O MEIO AMBIENTE

DADOS RECENTES do Banco Central mostram que a convergência para o centro da meta é algo ainda um pouco distante: a expectativa de inflação para 2014 é de cerca de 6,4% e para 2015, em torno de 6,0%. Isso significa que o Brasil deve trabalhar para aperfeiçoar o sistema de metas de inflação, o que geraria ganhos em termos de maior credibilidade, menor viés inflacionário e, muito mais importante, ganhos em termos sociais, pois inflação alta é algo maléfico para toda a população.

Na presente conjuntura, há pelo menos três movimentos no mercado internacional que merecem a atenção dos produtores agrícolas brasileiros: mudanças na política monetária norte-americana; a desaceleração do ritmo de crescimento da economia chinesa; e a revisão dos mandatos de etanol nos Estados Unidos. Aos dois primeiros itens, a ***Agroanalysis*** tem dedicado especial atenção. Em relação ao terceiro, cresce, agora, a atenção pelo fato dos Estados Unidos registrarem queda no consumo de gasolina e assistirem à emergência do gás e do petróleo extraídos do xisto. Esta nova fonte de combustíveis fósseis reduz o custo médio da energia e impacta a competitividade do etanol. Estudo realizado pela FGV Projetos e pelo Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) aponta que, embora possam ter algum impacto no setor sucroalcooleiro, mudanças nos mandatos norte-americanos de etanol não devem impactar fortemente a agricultura brasileira.

Em maio último, foi assinado o Decreto nº 8.235, que regulamenta o Cadastro Ambiental Rural (CAR), previsto no novo Código Florestal, aprovado em 2012. O CAR funciona por meio do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), em que proprietários devem declarar informações detalhadas sobre suas propriedades, podendo ocorrer um "déficit" ou "superávit" em relação ao exigido por lei. O preenchimento do CAR pelos produtores será complicado e poderá acarretar erros.

O Governo anunciou, no último mês, as medidas do Plano Safra para o período de julho de 2014 a junho 2015. A taxa de juros anual média do crédito rural, considerando todas os programas do Plano – de custeio, investimento e comercialização –, passou de 5,5% para 6,5%. Tanto na operação agrícola, como na pecuária, o limite para o produtor aumentou em 10%, passando para R$ 1,1 milhão no custeio e R$ 2,2 na comercialização. O valor do custeio pode ser ampliado em até 45%, desde que o produtor cumpra algumas exigências, como, por exemplo, aderir ao CAR. A expansão das operações de seguro rural continua a ser o grande desafio das políticas públicas. O alcance da cobertura ainda é muito modesto em termos de área e produtores.

Com relação às florestas brasileiras plantadas, as estatísticas apontam crescimento da área entre 2005 e 2013. O eucalipto ocupa mais de três quartos do espaço, com tendência de crescimento, e apresenta rentabilidades médias próximas da caderneta de poupança. É uma atividade que serve como fonte de renda alternativa para os agricultores e pecuaristas diversificarem suas explorações e obterem um ganho sustentável a longo prazo. A produção de matéria-prima para celulose mostra ser uma opção segura, visto o crescimento do setor no mercado brasileiro e mundial. A análise econômica da atividade aponta uma rentabilidade anual de 6,9% para o eucalipto destinado à lenha e carvão e de 8,0% para a celulose. Para o produtor do estado de São Paulo, localizado a 35 km de distância da indústria de celulose, o valor do arrendamento pago ao ano corresponde entre 6,0% e 6,5% do valor da área.

O mês de junho celebra o meio ambiente. A agricultura moderna exige o aumento da produtividade sem a expansão da área plantada. Em prol da preservação dos recursos naturais, o Brasil apresenta ao mundo uma das técnicas de manejo agrícola mais eficientes já desenvolvidas: a integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF). Ainda na linha da sustentabilidade, cabe destacar outro grande exemplo nacional: a destinação correta das embalagens vazias de defensivos agrícolas. Canadá, Estados Unidos, Alemanha e França consideram o caso brasileiro um modelo a ser seguido. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Patricia Werner e Camila Senna
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho
Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Antonio Alberto Gouveia Vieira, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Joaquim Levy, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio







Abre Aspas

06 Evaristo de Miranda | Brasil é campeão mundial da preservação

09 Macroeconomia | Quinze anos de metas para a inflação do Brasil

10 Agrodrops

12 Frases e Comentários

Mercado & Negócios

13 PIB no interior | Modificações na sua composição

16 Carne bovina | Exportação para os EUA cada vez mais próxima

19 Eucalipto | Rentabilidade da produção no Brasil

21 Mandatos de etanol dos EUA | Impacto sobre a agricultura brasileira

Política Agrícola

24 Novo Código Florestal | Decreto regulamenta Cadastro Ambiental Rural

26 Plano Agrícola e Pecuário 2014/15 | Rumo a 200 milhões

Agroenergia

28 Cana-de-açúcar | Solução para combustíveis líquidos e eletricidade

Conteúdo Especial

31 Especial inpEV | Base sólida para a excelência

35 Especial CANAPLAN | Avaliação da safra canavieira 2014/15

41 Andef | O campo faz o dever de casa

42 John Deere | A revolução da agricultura sustentável brasileira

Colunas

43 Diário de bordo | Plano de governo

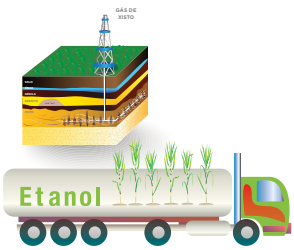
44 Produzir | O desafio de implantação do CAR

45 Opinião | Muitas novidades na Agrishow 2014

46 Reflexão | Um país do agronegócio

47 Serviço ao agronegócio

Mercado & Negócios



21

Mandatos de etanol dos EUA

Mercado & Negócios



16

Carne bovina

Conteúdo Especial



31

Base sólida para a excelência

Evaristo de Miranda
Doutor em Ecologia e coordenador do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) da Embrapa

BRASIL É CAMPEÃO MUNDIAL DA PRESERVAÇÃO

Por Paulo Roque

ESTA É a opinião de Evaristo de Miranda, um dos cientistas brasileiros mais respeitados na área ambiental. Doutor no assunto, ele fala sobre diversos aspectos, que envolvem clima, produção de alimentos e preservação da natureza.

AGROANALYSIS **A disputa entre ruralistas e ambientalistas acirrou ou amenizou depois da aprovação do novo Código Florestal?**

EVARISTO DE MIRANDA Os embates são bem mais complexos. Não são apenas dois atores, e sim uma multiplicidade. As circunstâncias mudaram, mas o emperramento de vários processos não ajuda a ter uma perspectiva mais construtiva. Veja, por exemplo: o novo Código Florestal foi aprovado (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), e foram dois anos para a esfera governamental começar a operacionalizar efetivamente o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), ainda pendentes de problemas técnicos e legislações estaduais. Sem essas normas de execução, os produtores foram pressionados no sentido de pagar multas indevidas, que vêm sendo inscritas na dívida ativa da União, conforme denunciado pela área agrícola. A lei pode amenizar as disputas evocadas em sua pergunta, mas ela precisa ser regulamentada e aplicada com uma exegese equilibrada, e não ignorando direitos dos produtores, como o de não possuir Reserva Legal quando o desmatamento ocorreu em conformidade com a legislação de sua época. O artigo 68 da nova lei, que trata desse tema, segue ignorado e tratado como se não existisse nos manuais e cartilhas sobre CAR e PRA.

AGROANALYSIS **Por que a legislação ambiental é pobre em conteúdo tecnológico?**

EM A dimensão tecnológica não existe na nova lei florestal. A agricultura foi tratada, nos debates, pela mídia e na legislação, como uma prática do Neolítico. Um exemplo é a proibição de cultivar encostas, exploradas no mundo inteiro – como em arrozais irrigados e cultivos de chá e de café na Ásia; plantios de batatas e cereais nos Andes; viticultura e fruticultura na Europa etc. Cultivar encostas no Brasil com tecnologias de conservação de solo e água, com cultivos perenes como café, seringueira, eucalipto, fruteiras, pastagens etc., não causa maior impacto ambiental. A legislação ambiental deveria ter proibido nas encostas a agricultura sem tecnologia e sem boas práticas agronômicas e premiado a agricultura sustentável, com tecnologia. Para muitos, por ignorância ou má-fé, esta última agricultura não existe. E a lei generaliza a proibição de uso das encostas no Brasil como se fosse um sinônimo de devastação ambiental. A revisão futura da lei retomará o uso da tecnologia na agricultura, dimensão a ser incentivada, e não punida ou ignorada.



AGROANALYSIS **E a criação indiscriminada de unidades de conservação e terras indígenas?**

EM A criação não é indiscriminada. Ela segue a lógica e a pressão de diversos grupos sociais. O que não existe é planejamento estratégico desse conjunto de atribuições de porções territoriais, destinado exclusivamente a minorias, finalidades ou grupos específicos. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (em outubro de 2013), 1.098 unidades de conservação (UCs) ocupam 17% do Brasil. Para a Funai, as 584 terras indígenas (TIs) ocupam aproximadamente 14% do território nacional. Quando reunimos as duas categorias, eliminando sobreposições, elas ocupam 247 milhões de

> “A DIMENSÃO TECNOLÓGICA NÃO EXISTE NA NOVA LEI FLORESTAL.”

> “DESENVOLVIMENTO RURAL E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS SÃO A MELHOR GARANTIA CONTRA AS INCERTEZAS CLIMÁTICAS PRESENTES E FUTURAS.”

hectares ou 29% do País. Segundo a IUCN (International Union for Conservation of Nature), os onze países com mais de 2 milhões de quilômetros quadrados existentes no mundo (China, EUA, Rússia etc.) dedicam 9%, em média, de seus territórios às áreas protegidas. Com quase 30%, o Brasil é o campeão mundial da preservação. No caso das UCs, a legislação ambiental brasileira ainda define, no seu entorno externo, uma zona de amortecimento onde as atividades agrícolas são limitadas por determinações da gestão e do manejo da UC (proibição de transgênicos, de pulverizar com aviação agrícola etc.). A largura desta zona é variável. Em nossas estimativas geocodificadas, seu alcance vai de 10 a 80 milhões de hectares adicionais (1% a 9% do Brasil).

AGROANALYSIS **Além disso, há os assentamentos, reservas extrativistas e quilombos. Qual sua dimensão e alcance?**

EM Sob responsabilidade do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), existem 9.128 assentamentos, de diversas naturezas e estágios de implantação. Eles ocupam 88,1 milhões de hectares (10,2% do Brasil ou 14,4% do que resta quando descontadas as UCs e TIs). Pelos dados do Incra e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, as 268 áreas quilombolas existentes ocupam cerca de 2,6 milhão de hectares. Uma das missões da minha equipe é analisar o conjunto das atribuições e demandas territoriais e colocá-las no mapa. Existem milhares de solicitações adicionais de criação e/ou ampliação de UCs, TIs, assentamentos e áreas quilombolas. Esse desafio de governança fundiária envolve conflitos graves, processos judiciais, impactos sociais e vastas porções territoriais, com implicações econômicas e custos significativos. E, em geral, são áreas já ocupadas pela agricultura e até por núcleos urbanos.

AGROANALYSIS **Quanto do Brasil já está atribuído a todos esses grupos e minorias juntos?**

EM Os dados de diferentes ministérios, reunidos e estudados pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa, indicam que mais de 290 milhões de hectares, 34% do território nacional, estão assim atribuídos. O mapa do Brasil com mais de 11.078 áreas legalmente atribuídas mostra um enorme desafio de gestão territorial e fundiária. Cada uma delas pede um tipo de gestão, avaliação e monitoramento. Além das demandas adicionais desses grupos, há, ainda, a necessidade de compatibilizar essa realidade territorial com crescimento das cidades, da geração de energia, da logística, dos transportes, dos sistemas de abastecimento, armazenagem e mineração e da própria agricultura.

AGROANALYSIS **Apesar de todas as áreas protegidas, os agricultores ainda devem preservar a Reserva Legal (RL) e as Áreas de Preservação Permanente (APPs). Esses conceitos são exclusivos do Brasil?**

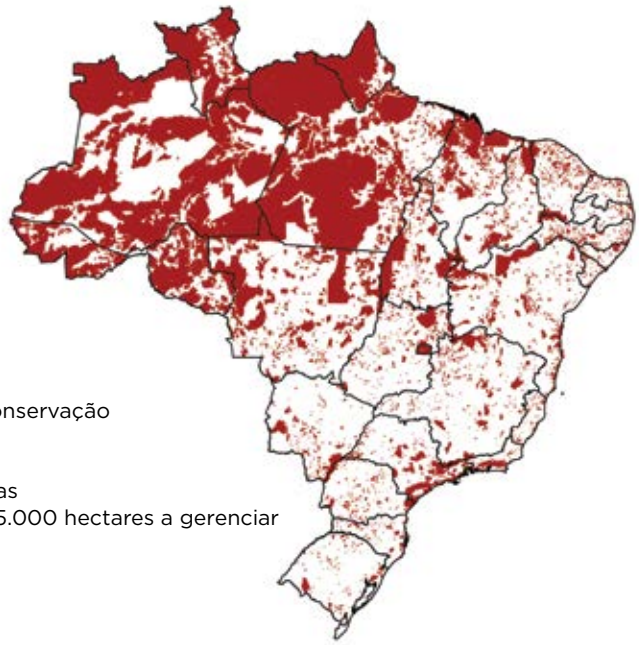
EM Sim. O país campeão da preservação territorial exige que os agricultores assumam o ônus de preservar porções significativas no interior de seus imóveis rurais, num crescendo que chega a 80% da área da propriedade na Amazônia. Se, como a jabuticaba, RL e APP são exclusividades nacionais, é preciso distinguir conceito e definição. Aqui, as UCs excluem a presença humana, enquanto, na Europa, Ásia e Estados Unidos, pode haver agricultura, aldeias e diversas atividades nos parques nacionais, sem evocar a ampla visitação turística. Não há bases científicas suficientes na definição de “RL” ou “APP”. Na lei, a APP é justificada, entre outras razões, para garantir a “estabilidade geológica”. Ou seja, essas faixas protegidas, com ou sem vegetação nativa, impediriam o movimento de placas tectônicas, terremotos ou subducção? Se fosse assim, o Japão deveria estudar o seu uso. A quantificação na RL e APPs é mais distante ainda de qualquer ciência. A dimensão da APP é função da largura do curso d’água, seja arroio no pampa, rio encachoeirado na serra do Espírito Santo, igarapé na Amazônia, corixo no Pantanal ou riacho intermitente no sertão do Ceará. Sempre igual. Qual a base pedológica, geomorfológica, climatológica ou hidrológica desse critério, que acomodou, ainda, a dimensão do imóvel?

AGROANALYSIS **Agricultura de baixo carbono para mitigar as mudanças climáticas e salvar o Planeta é ficção ou realidade?**

EM Segundo dados do International Energy Statistics, o Brasil é o 12º emissor e contribui com 1,4% das emissões globais de CO_2. Somente China e EUA juntos representam mais de 41% das emissões planetárias; os doze maiores emissores mundiais representam mais de 70%. Nas emissões de CO_2 por habitante, o Brasil ocupa a 79ª posição, com 2,4 toneladas *per capita*, enquanto os Estados Unidos estão em 5º lugar, com 17,6 toneladas *per capita*. Por unidade de PIB, o índice do Brasil é de 0,24 (90ª posição). Os esforços de redução das emissões brasileiras são louváveis, mas sua capacidade de mitigação é muito pequena. O Brasil

tem baixas emissões de CO_2 porque 45% de sua energia é renovável, contra uma média mundial de 18,6% e de apenas 7% nos países da OCDE. Esse resultado deve-se à agricultura. Ela garante 31% da matriz energética (68,3 M de TEP) e consome apenas 4,5% na matriz (9,1 M de TEP em combustíveis fósseis). Somente a cana-de-açúcar (etanol e bioeletricidade) garante mais energia na matriz (18%) do que todas as hidroelétricas juntas (13%). Diminuição do desmatamento e uso crescente de tecnologias (plantio direto na palha, integração lavoura-pecuária-floresta, OGMs etc.) reduzem ainda mais a emissão de CO_2 e ampliam a captura de carbono no solo. China, EUA e Europa é que precisam mitigar. Essa é uma pauta externa, trazida à nossa agricultura, que já é de baixo carbono. Eu gostaria muito de ver a mesma ênfase num programa de "cidadão urbano de baixo carbono". Vocês conhecem algum em São Paulo?

INDICAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO, TERRAS INDÍGENAS, ASSENTAMENTOS, RESERVAS EXTRATIVISTAS E QUILOMBOS



1.098 unidades de conservação
584 terras indígenas
9.128 assentamentos
268 áreas quilombolas
11.078 áreas e 291.535.000 hectares a gerenciar
34% do Brasil

Fonte: Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) – Embrapa

AGROANALYSIS As incertezas climáticas atuais e futuras implicam adaptar a agricultura e a sociedade?

EM Não há dúvida. Esse grau de adaptação às flutuações climáticas interanuais, mensais e até diurnas varia entre cultivos anuais, plurianuais ou perenes e depende dos sistemas de produção, da capacidade de investimento e do uso de tecnologias. Não existe tecnologia que funcione sempre e em qualquer condição, salvo, talvez, a irrigação. Os agricultores são como investidores frente às incertezas climáticas. Alguns, por temperamento e condição, assumirão riscos maiores, buscarão mais produtividade e adotarão certas tecnologias; os mais conservadores, em circunstâncias análogas, adotarão outras tecnologias, perderão em produtividade, mas reduzirão os riscos e os impactos das variações climáticas. Ampliar a irrigação, a eletrificação, a mecanização, a armazenagem nas fazendas, a logística e o seguro rural seria um enorme avanço face às incertezas climáticas. Alguns querem mudar o clima e salvar o Planeta em cinquenta anos. Os agricultores precisam salvar agora a sua roça de hortaliças, milho, feijão e outras trivialidades. Desenvolvimento rural e inovações tecnológicas são a melhor garantia contra as incertezas climáticas presentes e futuras. Essa é a pauta climática dos produtores rurais brasileiros.

AGROANALYSIS O monitoramento e o emprego de satélites podem ser considerados uma realidade agropecuária brasileira?

EM A questão crítica é a da comunicação. Os satélites estão presentes na previsão meteorológica, nas comunicações, no GPS, na agricultura de precisão, na gestão territorial do agronegócio e em outras aplicações combinadas a *drones* e aerolevantamentos. Essas informações e serviços não chegam à maioria dos agricultores. O setor rural não está organizado e não se comunica nem consigo mesmo, nem com a sociedade. Em inovação e uso de satélites, isso é ainda mais dramático. Centros de pesquisa voltam-se para pautas acadêmicas como se fossem departamentos de uma faculdade. Aumenta a distância entre os problemas dos agricultores e as prioridades dos pesquisadores. O clima de conflito e patrulhamento anunciado em sua primeira pergunta levou muito pesquisador a não se identificar com o setor rural e suas necessidades. O agronegócio, apesar de toda a agregação de valor tecnológico nos últimos anos, continua com uma posição passiva/reativa em relação à comunicação e, especialmente, em relação à internet. Para entrar definitivamente na modernidade, conquistar a simpatia da população urbana e consolidar seu espaço político, o agronegócio – entidades, empresas, lideranças – deveria assumir posição ativa em relação aos seus processos de comunicação com a sociedade, promovendo o monitoramento qualitativo das mídias sociais e tradicionais na internet, bem como o mapeamento e monitoramento de influenciadores. Essas ações são fundamentais para construir estratégias, identificar tendências, orientar e alinhar a comunicação e a gestão de riscos. ■

Macroeconomia

QUINZE ANOS DE METAS PARA A INFLAÇÃO DO BRASIL

Cleomar Gomes da Silva*

O REGIME brasileiro de metas para a inflação foi implementado, em meados de 1999, com o intuito de servir como âncora nominal da economia. Com isso, são quinze anos de busca constante de convergência da inflação à meta, com sucessos e percalços. É justamente esse histórico que relataremos neste breve texto.

As metas estabelecidas, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foram de 8%, em 1999, 6%, em 2000, e 4%, em 2001, com intervalos de tolerância de 2 pontos percentuais. Nos dois primeiros anos, a conjuntura econômica colaborou para o cumprimento dos objetivos propostos. No entanto, já em 2001, a economia brasileira foi atingida por uma sucessão de choques adversos, tais como a crise energética e o ataque terrorista aos EUA. Com isso, a inflação chegou a 7,6%. Em 2002, a crise de credibilidade e desconfiança, principalmente quanto às eleições presidenciais, causou considerável desvalorização cambial, com consequente elevação da inflação, que superou 12,0%.

Apesar da superação das desconfianças, no início de 2003, o objetivo de rápida convergência da inflação ao centro da meta não foi exitoso, exigindo adequação dos percentuais, que passaram de 3,25% para 4,00%, em 2003; de 3,75% para 5,50%, em 2004; além de serem fixados em 4,25%, em 2005. Entretanto, o objetivo de se chegar ao centro da meta não foi alcançado em 2003 (9,3%), 2004 (7,6%) ou 2005 (5,7%). Em 2006 e 2007, mesmo com razoável expansão do PIB, as taxas de inflação ficaram em 3,1% e 4,5%, respectivamente.

A tendência benigna de crescimento da atividade econômica brasileira foi freada com o início da grave crise internacional, em meados de 2008. Com o desenrolar da crise ao longo de 2009, o Governo tomou ações de estímulo à economia, tais como a redução do IPI e o aumento da concessão de crédito. Isso contribuiu para estancar uma queda mais profunda da atividade econômica, mas não o suficiente para colocá-la em terreno positivo. Com a crise, a taxa de inflação alcançou 4,31% em 2009, abaixo do centro da meta.

O ano de 2010 foi de recuperação econômica, com expansão do PIB de 7,5% e até a necessidade de um início de ciclo de alta da taxa de juros em meados de 2010, de 8,75%, em março de 2010, para 9,50%, no mês seguinte, chegando a 12,50% em julho de 2011. Mas, nem isso foi suficiente para trazer a taxa de inflação ao centro da meta, já que a variação registrada, em 2010, foi de 5,91% e de 6,50%, em 2011.

Mesmo com a mínima histórica de 7,25% da taxa básica de juros, o PIB brasileiro registrou crescimento menor do que 1,0% em 2012. Mesmo assim, a taxa de inflação atingiu o patamar de 5,84%. No ano seguinte, a alta do PIB chegou a 2,3%, recuperando parte do percentual fraco observado no ano anterior. Isso foi fruto, principalmente, do programa de desonerações implementado pelo governo brasileiro, além de uma taxa de câmbio mais favorável. A taxa de inflação atingiu o patamar de 5,91%.

Dada essa breve história econômica dos quase quinze anos de metas para a inflação no Brasil, podemos fazer um breve comparativo do processo inflacionário brasileiro com os demais países do mundo. Segundo dados do FMI, entre 2000 e 2008, a taxa média de inflação mundial ficou em cerca de 4,0%, sendo 2,20% para os países avançados e 7,17% para os emergentes e em desenvolvimento. Para aqueles que adotam o regime de metas de inflação, a taxa de inflação registrada foi de 7,21%, contra 7,10% no Brasil. Mas, aqui vale uma ressalva: o percentual de 7,21% leva em conta o histórico de taxas de inflação dos países que adotam as metas de inflação desde 2001, sem considerar o ano de adoção do regime. Assim, quando ajustamos a média para se levar em conta as taxas de inflação somente para os anos posteriores à adoção das metas, a média 2000-2008 cai para 4,50%.

Para o período 2009-2012, a média da taxa de inflação mundial caiu para 3,45%, e para 1,50% nos países avançados. Já, nos países emergentes e em desenvolvimento, a taxa média de inflação atingiu 6,50% e, para os países adeptos do regime de metas para a inflação, a média ficou em 4,15%, contra 5,50% para o caso brasileiro. Isso deixa o Brasil com um desvio de 1 ponto percentual em relação ao centro da meta.

Dados recentes da pesquisa de mercado divulgada pelo Relatório Focus do Banco Central mostram que a convergência para a meta central é algo ainda um pouco distante. Isso pode ser percebido pela expectativa de inflação para 2014, em torno de 6,4%, e para 2015, em torno de 6,0%. Significa que o Brasil ainda deve aperfeiçoar o sistema de metas para a inflação no sentido de se buscar uma convergência dos percentuais ao objetivo traçado. Isso geraria ganhos em termos de maior credibilidade, menor viés inflacionário e, muito mais importante, ganhos em termos sociais, pois inflação alta é algo maléfico para toda a população. ■

* Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e ex-assessor e coordenador-geral de Análise Macroeconômica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE-MF)

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail
psroque@uol.com.br ou paulo@sincronismocomunicacao.com

AMÉRICA LATINA E CARIBE DEBATEM FOME

Para fortalecer os esforços conjuntos na luta contra a fome e desnutrição na América Latina e Caribe, os governos da região reuniram-se em maio, em Santiago, no Chile. O encontro, realizado no âmbito da 33ª Conferência Regional da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), segundo o organismo internacional, acontece em um momento crucial para a segurança alimentar global e, em particular, para os países latino-americanos e caribenhos. Na escala global, a subalimentação afeta mais de 840 milhões de pessoas, ou seja, uma em cada oito pessoas. Apesar dos avanços significativos na América Latina e no Caribe, 47 milhões de pessoas ainda passam fome. A maioria desses países já dispõe de políticas públicas, orçamentos destinados, programas de ação e marcos regulatórios que buscam garantir o direito humano à alimentação.

CNA DEFENDE NOVAS ROTAS PARA ESCOAR PRODUÇÃO

O consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Luiz Antonio Fayet, durante o I Simpósio de Hidrovias, organizado pela Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados, em Brasília, defendeu a utilização de novas rotas para escoamento da produção agropecuária como forma de reduzir os elevados custos de transporte e de garantir renda para as economias produtoras. Destacou os altos custos para transporte de cargas das lavouras até os portos no Brasil. Em 2013, o escoamento de 1 tonelada de produtos agropecuários custou US$ 92. Os Estados Unidos gastam US$ 23 por tonelada e a Argentina, US$ 20 por tonelada.

BRASIL VAI COLHER 191 MILHÕES DE TONELADAS DE GRÃOS

A produção brasileira de grãos no Brasil deve chegar a 191,2 milhões de toneladas, segundo estimativas do 8º Levantamento de Grãos da Safra 2013/14 realizado pela Conab. Este volume representa um aumento de 1,4%, ou o equivalente a 2,6 milhões de toneladas a mais do que na safra passada, que foi de 188,7 milhões de toneladas.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2014/15

Serão colocados à disposição do campo R$ 156,1 bilhões – 14,7% a mais do que os R$ 136,0 bilhões da safra 2013/14 –, dos quais R$ 112 bilhões são para financiamentos de custeio e comercialização e R$ 44,1 bilhões, para os programas de investimento. Ao anunciar o Plano Agrícola e Pecuário (PAP), o governo federal destacou o apoio aos médios produtores, à inovação tecnológica, ao fortalecimento do setor de florestas comerciais e à pecuária de corte, além de ajustes no seguro rural.

MÉDIO PRODUTOR, FLORESTAS E SEGURO RURAL

Por meio do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), estão programados R$ 16,7 bilhões para as modalidades de custeio, comercialização e investimento. Para estimular o setor florestal, pretende-se instituir a Política Nacional de Florestas Plantadas, com investimentos em pesquisa, assistência técnica e extensão rural, além de crédito específico para fomentar a implantação e manutenção de florestas comerciais. Em relação ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), os recursos foram mantidos em R$ 700 milhões, volume suficiente para alcançar cerca de 10 milhões de hectares e mais de 80 mil produtores. Neste ano, ajustes serão feitos no zoneamento agroclimatológico, de maneira a torná-lo o mais aderente possível à realidade dos cultivos agrícolas do País.

PECUÁRIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Os pecuaristas poderão financiar a aquisição de animais para engorda em regime de confinamento; a retenção de matrizes (com até três anos para pagamento); e a aquisição de matrizes e reprodutores (limite de R$ 1 milhão por beneficiário, com até cinco anos para pagamento, sendo dois de carência), com o intuito de aumentar a oferta de carne. Para estimular o produtor a ter acesso às novas tecnologias, por meio do programa INOVAGRO, serão melhoradas as condições de financiamento para avicultura, suinocultura, agricultura de precisão, hortigranjeiros (cultivos protegidos por tela de proteção contra granizo, estufas etc.) e pecuária de leite. Está programado R$ 1,7 bilhão em recursos (alta de 70%), sendo R$ 1 milhão por produtor, para ser pago em até dez anos, havendo três anos de carência.

NOVA ASSOCIAÇÃO FORTALECE SETOR DE FLORESTAS


DIVULGAÇÃO

Foi anunciada a criação da Ibá (Indústria Brasileira de Árvores), que passa a reunir as empresas que participavam da Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira (Abipa), Associação Brasileira da Indústria de Piso Laminado de Alta Resistência (Abiplar), Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) e Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). Com sede em Brasília e escritório em São Paulo, a Ibá ("árvore", em tupi) reúne setenta empresas associadas, que, juntas, em 2013, geraram a receita bruta de R$ 60 bilhões, o equivalente a 6% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial. As vendas externas somaram cerca de US$ 8 bilhões, o que representa 3% das exportações brasileiras. Para Elizabeth Carvalhaes, presidente executiva da nova entidade, o setor ganha mais energia, não só pela *expertise*, capital e *know-how* das empresas, pois, agora, representa 7,2 milhões de hectares plantados, como também reúne um portfólio de investimentos muito robusto – pretende investir mais de R$ 53 bilhões em novos programas nos próximos anos.

INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DE OLHO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Diante da ampliação do crédito e da capacidade de investimento proporcionadas pelo governo federal, a agricultura familiar tornou-se mais atraente para as indústrias. O segmento de máquinas é um dos que mais lucra com o Programa Mais Alimentos. Para o diretor da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), Paulo Protásio, "a proposta desenvolvida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário tem tudo para se multiplicar a partir do uso de novas tecnologias e do interesse no desenvolvimento sustentável da produção agrícola". O MODERFROTA foi revitalizado no Plano Agrícola e Pecuário 2014/15, com taxas de juros reduzidas de 5,5% para 4,5% e voltando a financiar a aquisição de máquinas agrícolas novas. O MODERINFRA teve aumento dos limites de crédito individuais de R$ 1,3 milhão para R$ 2 milhões e coletivos de R$ 4 milhões para R$ 6 milhões para projetos de infraestrutura elétrica e para reserva de água, além dos sistemas de irrigação na(s) propriedade(s).

AUMENTA USO DA INTERNET E PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO CAMPO

A 6ª edição da Pesquisa Comportamental e Hábitos de Mídia do Produtor Rural Brasileiro 2013/2014, realizada pela Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMR&A) em parceria com a Ipsos MediaCT, indica que os produtores rurais estão usando mais o computador e que aumentou o número de mulheres no comando das propriedades rurais. Atualmente, a participação das mulheres é de 10% – na edição de 1998/99, este número era de apenas 1%; em 2003/04, foi para 3%; e saltou para 7% em 2009/10. A pesquisa mostra, também, maior acesso à internet – em 1988/99, somente 3% dos produtores a utilizavam; em 2003/04, aumentou para 29%; em 2008/09, 30%; e, agora, 39%. E, destes, 92% estão conectados a redes sociais. A pesquisa aponta, ainda, que 34% leem jornal (em 2009/10, eram 32%); o número dos que assistem a TV caiu três pontos percentuais, 95% ante os 98% registrados em 2009/10; para o rádio, também houve queda: atualmente, 70% e, em 2009/10, eram 80%; revista de interesse geral permaneceu com 36% e revistas especializadas, dirigidas ao setor agropecuário, com 23%, pequena queda de um ponto percentual – 24% em 2009/10.

CONAB CONFIRMA QUEDA NA PRODUÇÃO DE CAFÉ

De acordo com o 2º levantamento da safra 2014 de café, realizado pela Conab, a produção nacional do grão (Arábica e Robusta) deve ficar em 44,6 milhões de sacas de 60 quilos do produto beneficiado. O resultado representa uma redução de 9,33%, ou 4.585 sacas de Arábica a menos ao comparar-se aos 49,15 milhões da safra anterior. A queda da variedade Arábica deve-se aos efeitos da seca e calor excessivo registrados no último verão, principalmente no cinturão produtor de Minas Gerais e na região da Alta Mogiana (SP), como também a geadas que atingiram o estado do Paraná em 2013. Já o Robusta apresentou aumento de 13,5%, em função da renovação e revigoramento da produtividade e das condições climáticas favoráveis, ocorridas sobretudo no estado do Espírito Santo, maior produtor da espécie.

"Vemos a mudança da relação do produtor rural com os meios de comunicação. A principal finalidade das redes sociais, para ele, é o uso técnico, para busca e disseminação de suas informações."

DIEGO OLIVEIRA, diretor da Ipsos Brasil, durante o anúncio dos resultados da Pesquisa Comportamental e Hábitos de Mídia do Produtor Rural Brasileiro 2013/2014, realizada em parceira com a Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMR&A)

"A classe média urbana cresceu, mas, na classe média rural, está acontecendo o oposto. E o trabalho em parceria com o Sebrae é justamente para aumentar a classe média no campo e a tornar eficiente, como as classes A e B. Não queremos uma ilha, mas um continente de prosperidade."

KÁTIA ABREU, senadora e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ao participar da reunião dos conselheiros do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em Brasília-DF

"Há falta de mão de obra especializada, tecnologia e embarcações adequadas para o desenvolvimento da pesca oceânica nacional."

FRANCISCO CARLOS ALBERTO FONTELES, coordenador-geral de Planejamento e Ordenamento da Pesca Industrial Oceânica no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

"A boa notícia é que a região que compreende a América Latina e o Caribe é a que mais avançou na superação da subalimentação nos últimos vinte anos. Em média, a cada ano, 1 milhão de pessoas deixou de sofrer de fome nessa região."

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

"A administração das empresas do setor está cada vez mais sofisticada e demandará profissionais mais qualificados. Dessa forma, os profissionais relacionados às áreas de Administração, Informática, Finanças, Contabilidade e Direito serão cada vez mais requisitados."

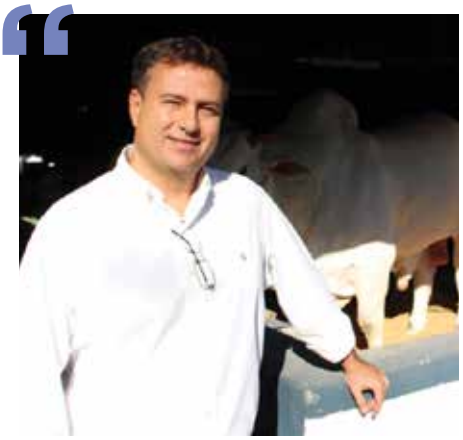
ANTONIO ALVARENGA, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), sobre as principais demandas do agro no campo da qualificação profissional

"O milho Bt não trouxe os resultados esperados. Ainda não dá para quantificar o prejuízo, mas esperávamos um milho mais resistente às pragas."

RUI PRADO, presidente do colegiado e da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), durante reunião da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas (CNCFO) da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com a participação de produtores dos estados mais prejudicados pela variedade transgênica

"Nossa proposta é desenvolver um novo setor econômico-industrial, além de ampliar a competitividade dos produtos originários dos cultivos de eucalipto, pínus e demais espécies plantadas para fins industriais."

ELIZABETH DE CARVALHAES, presidente executiva da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), nova entidade que resultou da união das quatro grandes associações do setor, reunindo setenta empresas associadas



"O setor está cada vez mais sendo descoberto pela sociedade, que começa a cobrar da classe política atenção à pecuária. Afinal, ele emprega pessoas, gera renda, inova, alimenta a população, é referência mundial, é líder de exportações e garante boa parte da estabilidade econômica do País. Precisa ser respeitado por tudo isso."

LUIZ CLAUDIO PARANHOS, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), em discurso na Expozebu 80 anos, realizada em maio, no Parque Fernando Costa, em Uberaba-MG

PIB no interior

MODIFICAÇÕES NA SUA COMPOSIÇÃO

Felippe Serigati[1] Roberta Possamai[2]

INFELIZMENTE, APESAR da crescente importância do interior do País, não há um conjunto muito grande de informações periódicas sinalizando como está a economia desta parte do País. Com frequência, a divulgação de dados econômicos fundamentais, como inflação, taxa de desemprego, rendimento médio, entre outros, é restrita às regiões metropolitanas (às vezes, apenas algumas). Apesar da limitação de informações, há forte percepção de que diversas regiões no interior do Brasil passaram por fortes modificações nos últimos anos. Nessa linha, este artigo vai analisar de forma agregada as mudanças ocorridas na composição dos setores econômicos (agropecuária, indústria e serviços) nas cidades do interior.

A percepção de fortes modificações é reforçada ao observar que o PIB do interior cresceu, na média, de forma mais acelerada do que o PIB das regiões metropolitanas. Enquanto o PIB do interior cresceu 4,5% a.a., em média, no período entre 2001 e 2011, as regiões metropolitanas cresceram 2,9% a.a. Em outras palavras, sem o interior, a economia brasileira teria expandido menos do que foi registrado na última década.

Antes de prosseguir, é importante deixar claro alguns pontos:

• Os números mais recentes do PIB municipal do IBGE, dos quais são extraídos os dados para o cálculo do PIB do interior e das regiões metropolitanas (RMs), são de 2011. Portanto, infelizmente, toda a análise ficará restrita até esta data;

• O PIB municipal do IBGE disponibiliza o PIB de cada Unidade da Federação e o PIB de cada região metropolitana. Assumimos que a diferença entre as duas categorias anteriores reflete o que chamamos de PIB do interior. Em outras palavras, neste artigo, todos os municípios que não fazem parte de uma RM são considerados do interior. Ou seja, litoral, aqui, é considerado interior;

• Por fim, ainda pela metodologia do IBGE, região metropolitana não se restringe aos municípios em torno das capitais de cada estado; logo, há estados que possuem mais de uma região metropolitana.

Voltando à nossa análise, há quatro motivos principais para explicar a expansão do PIB do interior em ritmo mais acelerado do que o PIB das regiões metropolitanas:

• Expansão do agronegócio;

• Expansão das atividades extrativistas minerais e de petróleo;

• Migração de algumas indústrias para o interior do País; e

• Aumento dos gastos públicos.

Com relação a esse último ponto, é importante fazer uma observação adicional. Há uma fração não desprezível de municípios no interior cuja principal fonte de renda é a folha de pagamentos do funcionalismo público local (sustentada, principalmente, pelos repasses do Fundo de Participação dos Municípios – FPM), bem como os repasses da previdência e dos programas de transferência de renda. Como a última década foi marcada por maiores dispêndios associados a essas rubricas, maior foi a renda em circulação nesses municípios.

Enfim, com os dados disponíveis, é difícil dizer qual desses componentes exerceu maior influência para explicar a expansão observada no PIB do interior. Todavia, mesmo a partir dos números agregados, é possível ver claramente algumas das mudanças que têm ocorrido fora das RMs.

CRESCIMENTO DO PIB BRASILEIRO: INTERIOR *VS.* REGIÕES METROPOLITANAS (RMS)

Ano	Taxa de crescimento			Participação		
	Interior	RMs	Brasil	Interior	RMs	Brasil
2000	3,6%	4,7%	4,3%	37,9%	62,1%	100,0%
2001	2,3%	0,7%	1,3%	38,3%	61,7%	100,0%
2002	5,9%	0,7%	2,7%	39,5%	60,5%	100,0%
2003	4,2%	-0,8%	1,1%	40,7%	59,3%	100,0%
2004	5,0%	6,2%	5,7%	40,4%	59,6%	100,0%
2005	1,3%	4,4%	3,2%	39,7%	60,3%	100,0%
2006	5,2%	3,2%	4,0%	40,1%	59,9%	100,0%
2007	5,3%	6,6%	6,1%	39,8%	60,2%	100,0%
2008	7,7%	3,5%	5,2%	40,8%	59,2%	100,0%
2009	-0,9%	0,1%	-0,3%	40,5%	59,5%	100,0%
2010	8,6%	6,8%	7,5%	41,0%	59,0%	100,0%
2011	5,2%	1,1%	2,7%	41,9%	58,1%	100,0%
Média	**4,5%**	**2,9%**	**3,6%**	**40,2%**	**59,8%**	**100,0%**

Fonte: IBGE

A expansão da indústria rumo ao interior

Não há muitas dúvidas com relação ao fato de que a produção agropecuária é fortemente concentrada fora das regiões metropolitanas; esta é uma produção que, em geral, é mais sensível aos fatores edafoclimáticos e que demanda uma área maior do que a produção industrial ou do que aquela do setor de serviços. Ao observar os números do IBGE, nota-se que, em média, 87% da produção agropecuária do Brasil deram-se nos municípios do interior. Esta proporção não mudou muito ao longo dos últimos anos.

Por outro lado, a participação dos municípios do interior na renda gerada pelas atividades industriais cresceu na última década. Enquanto, em 2001, o interior respondia por 36,3% do valor da produção industrial, este número passou para 45,6% em 2011 – um aumento de quase dez pontos percentuais!

A maior participação do interior no valor da produção industrial pode ser explicada por pelo menos três fatores:

• Crescimento da agroindústria: motivado principalmente por uma ascendente demanda internacional por *commodities* agrícolas e pelos consequentes preços mais favoráveis, o agronegócio brasileiro cresceu fortemente na última década. Com isso, os ramos industriais associados às atividades agrícolas também passaram por um período de prosperidade;

• Expansão das atividades extrativistas minerais e de petróleo: o período de preços internacionais favoráveis não se limitou às *commodities* agrícolas; os mercados de diversas *commodities* minerais e energéticas também estiveram aquecidos na última década;

• Migração de algumas indústrias para o interior do País: devido aos maiores custos de produção nas regiões metropolitanas (mão de obra, aluguéis, menor qualidade de vida etc.), algumas cidades do interior que já apresentavam algum grau mínimo de infraestrutura e de qualificação da mão de obra conseguiram atrair algumas empresas, que transferiram ao menos parte das suas instalações, favorecendo a geração de renda em um número maior de municípios pelo País.

PARTICIPAÇÃO (%) DA AGROPECUÁRIA E DA INDÚSTRIA NO PIB DAS REGIÕES METROPOLITANAS E DO INTERIOR

Ano	Agropecuária		Indústria	
	Interior	RMs	Interior	RMs
2001	86,4%	13,6%	36,3%	63,7%
2002	87,2%	12,8%	38,5%	61,5%
2003	86,5%	13,5%	39,6%	60,4%
2004	87,0%	13,0%	39,5%	60,5%
2005	86,6%	13,4%	40,1%	59,9%
2006	87,3%	12,7%	41,8%	58,2%
2007	87,4%	12,6%	40,9%	59,1%
2008	87,5%	12,5%	43,6%	56,4%
2009	87,2%	12,8%	40,8%	59,2%
2010	87,7%	12,3%	42,9%	57,1%
2011	88,8%	11,2%	45,6%	54,4%
Média	**87,2%**	**12,8%**	**40,9%**	**59,1%**

Fonte: IBGE

PARTICIPAÇÃO (%) DE CADA SETOR ECONÔMICO NA COMPOSIÇÃO DO PIB DO INTERIOR

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços
2001	12,8%	24,3%	62,9%
2002	13,9%	25,1%	60,9%
2003	15,0%	26,0%	59,0%
2004	14,2%	28,0%	57,8%
2005	11,9%	28,2%	59,9%
2006	11,4%	28,5%	60,1%
2007	11,6%	27,2%	61,1%
2008	12,0%	28,3%	59,7%
2009	11,6%	25,9%	62,6%
2010	10,8%	28,0%	61,2%
2011	11,0%	28,4%	60,6%

Fonte: IBGE

A expansão da indústria fora das regiões metropolitanas fez com que este setor econômico respondesse por uma fração cada vez maior da renda gerada no interior, em detrimento da agropecuária (limitada às atividades dentro da porteira) e do setor de serviços. Em 2001, 12,8%, 24,3% e 62,9% da renda do interior eram gerados, respectivamente, pelas atividades de agropecuária, pela indústria e pelo setor de serviços. Dez anos depois, em 2011, a indústria passou a responder por 28,4% dessa renda, enquanto a agropecuária respondeu por 11,0% e o setor de serviços, por 60,6%.

É difícil determinar qual foi a contribuição de cada segmento industrial para a expansão da indústria no interior. Porém, é possível avaliar como evoluiu a participação da agroindústria, ou seja, do segmento industrial associado às atividades agropecuárias, com relação às demais atividades industriais e aos demais setores econômicos.

Qual foi a participação da agroindústria?

Apesar da conjuntura externa bastante favorável ao agronegócio brasileiro na última década, sua participação no PIB do País diminuiu ao longo do período. De acordo com os números do Cepea/Esalq-USP, enquanto, em 2001, o agronegócio respondia por 23,7% de toda a renda gerada no País,

esta participação diminuiu para 22,1% em 2011. Ao desagregar o agronegócio brasileiro entre seus quatro principais segmentos – produção de insumos, agropecuária (também conhecida como atividades dentro da porteira), indústria e distribuição –, fica claro que o crescimento foi mais robusto para as atividades dentro da porteira do que para o segmento industrial.

Enquanto as atividades dentro da porteira aumentaram sua participação no PIB do agronegócio (de 23,8%, em 2001, para 28,8%, em 2011), o segmento industrial caminhou na direção oposta, passando de 33,1% para 28,5% no mesmo período. Como era de se esperar, o setor de insumos acompanhou o crescimento das atividades agropecuárias, embora em um ritmo de expansão menor. Todavia, mesmo incluindo a produção de insumos como um segmento industrial, a agroindústria (insumos + indústria agropecuária) diminuiu sua participação na geração de renda do agronegócio, de 43,0%, em 2001, para 40,3%, em 2011.

Esses resultados são confirmados também pelos números da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE. A agroindústria é um dos segmentos que conta com a maior participação no valor total da produção industrial. Em 2011, coincidentemente o último dado disponível, a agroindústria (incluindo a produção de tratores) respondeu por mais de 30% de todo o valor da produção industrial brasileira.

Todavia, apesar do crescimento do agronegócio, a participação da agroindústria não aumentou na última década (era de 31,7% em 2001), ao contrário de outros segmentos industriais, como a indústria extrativa mineral e de petróleo e a fabricação de veículos e outros equipamentos de transporte. Enquanto a participação do primeiro destes segmentos saiu de 9,5%, em 2001, e chegou a 13,6%, em 2011; a do último avançou de 10,4% (2001) para 13,7% (2011).

Enfim, a expansão econômica do interior do País na última década deu-se a uma velocidade maior do que aquela observada nas regiões metropolitanas. Esse é um resultado muito positivo, pois significa que as cidades do interior estão conseguindo gerar renda e dinamizar suas economias de forma a atrair empresas e oferecer oportunidades de trabalho e de investimento. Esses movimentos, além de reduzir a concentração regional de renda (ao menos entre cidades do interior e das regiões metropolitanas), reduzem a pressão populacional e de toda a demanda por bens públicos sobre os tradicionais centros urbanos.

Todavia, é curioso ver, por um lado, que a expansão da renda no interior esteja associada a uma participação maior da indústria do que das atividades agropecuárias (dentro da porteira); e, por outro outro, que não parece ter sido a agroindústria a responsável pela expansão industrial nessas cidades. É necessário avaliar esse ponto com mais detalhe. ■

PARTICIPAÇÃO (%) DA AGROINDÚSTRIA NO PIB DO AGRONEGÓCIO

Ano	Agropecuária	Agroindústria			Distribuição
		Insumos	Indústria	Total	
2000	23,8%	9,9%	33,1%	43,0%	33,2%
2001	24,5%	10,2%	32,3%	42,4%	33,1%
2002	25,1%	10,7%	31,4%	42,1%	32,8%
2003	26,4%	11,3%	30,3%	41,6%	32,0%
2004	25,5%	11,2%	31,0%	42,2%	32,3%
2005	24,2%	10,5%	32,6%	43,1%	32,7%
2006	23,5%	10,2%	33,4%	43,6%	32,9%
2007	24,5%	10,7%	32,3%	43,0%	32,6%
2008	26,4%	11,8%	30,5%	42,3%	31,3%
2009	26,1%	11,2%	31,1%	42,3%	31,7%
2010	27,2%	11,1%	30,4%	41,5%	31,3%
2011	28,8%	11,8%	28,5%	40,3%	30,9%

Fonte: Cepea/Esalq-USP

PARTICIPAÇÃO (%) DA AGROINDÚSTRIA NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA

Ano	Extrativismo mineral e de petróleo	Agroindústria (inclui tratores)	Produtos minerais e metalurgia	Fabricação de veículos e outros equipamentos de transporte	Demais
2000	9,7%	31,7%	12,7%	10,1%	35,8%
2001	9,5%	32,6%	12,6%	10,4%	34,9%
2002	10,0%	33,9%	13,2%	10,4%	32,5%
2003	10,7%	33,4%	13,3%	11,2%	31,4%
2004	10,7%	32,3%	14,1%	12,0%	30,8%
2005	12,2%	30,1%	14,3%	12,8%	30,7%
2006	12,5%	30,1%	14,5%	12,3%	30,7%
2007	12,6%	30,1%	14,7%	13,6%	29,0%
2008	12,6%	29,8%	15,2%	13,9%	28,7%
2009	12,1%	32,6%	13,2%	13,8%	28,3%
2010	12,6%	31,4%	13,7%	14,1%	28,2%
2011	13,6%	31,3%	13,3%	13,7%	28,2%

Fonte: IBGE

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippeserigati@gmail.com
2 Economista pela Universidade de São Paulo (USP) – rc.possamai@gmail.com

Carne bovina

EXPORTAÇÃO PARA OS EUA CADA VEZ MAIS PRÓXIMA

Horrys Friaça Silva*

NO MOMENTO, aguarda-se a publicação da versão final da norma que garantirá o acesso da carne bovina *in natura* de quatorze estados brasileiros aos EUA, o que já vem sendo negociado desde 1999. A proposta de regulamentação publicada no final do ano passado (23 de dezembro de 2013) teve seu período de comentários públicos finalmente encerrado no último 22 de abril. Desde então, o governo dos EUA prepara a resposta aos comentários recebidos sobre a norma, com vistas à publicação de sua versão final. A conclusão do processo coroará anos de esforços públicos e privados e, certamente, trará benefícios diretos ao setor produtivo brasileiro.

No caso dos EUA, qualquer abertura de mercado dessa natureza necessita passar por processo regulatório de natureza multidisciplinar, no qual fatores científicos, econômicos e políticos são levados igualmente em consideração. Assim, não bastava comprovar a ausência inequívoca de risco sanitário do produto a ser exportado. Os EUA, declaradamente, avaliam o impacto econômico que possíveis exportações possam ocasionar às pequenas operações nacionais, bem como, de forma velada, a repercussão política que uma possível abertura de mercado possa ter. Nesse contexto, o Brasil já conseguiu transpor o crivo da análise quanto ao risco sanitário do produto e, também, em relação ao possível impacto econômico das exportações de carne brasileiras.

Falta, entretanto, consumar a transposição da resistência política, que sempre obliterou o processo. Trata-se do obstáculo menos transparente, menos previsível e, por isso, sempre desafiante. Contudo, desta vez, restam-me poucas dúvidas sobre a possibilidade de concluir o processo ainda este ano, tendo em vista o caráter extremamente setorizado e limitado da resistência remanescente.



SHUTTERSTOCK

Em se tratando de resistência política, chamam a atenção os 877 comentários públicos encaminhados sobre a norma: esmagadora maioria contrária ao acesso da carne brasileira. Destaca-se, por outro lado, a ausência de substância nos comentários ou qualquer mérito técnico-científico que respalde argumentação contra a carne brasileira. Denota-se, também, a estratégia articulada do setor produtivo dos EUA de engajar suas bases para inundar de comentários a consulta pública. Ainda que as submissões sejam pueris, não há como a administração desconsiderar o caráter polêmico da norma e deixar de aumentar sua cautela; ainda mais em ano de eleições nos EUA também (Congresso, em outubro). Como resultado, a consulta pública que, originalmente, se encerraria em 22 de fevereiro do corrente ano foi estendida por sessenta dias adicionais. O maior volume de comentários poderá prolongar o tempo necessário para respondê-los, atrasando a conclusão do processo.

Devido à ausência de mérito dos comentários públicos recebidos, o governo dos EUA poderá respondê-los facilmente, ou utilizar o volume de comentários recebidos como justificativa para qualquer lentidão no processo. Tudo dependerá da vontade política para concluí-lo. Nesse caso, o incentivo para o governo dos EUA evitar demoras desnecessárias tem sido a possibilida-


SHUTTERSTOCK

de de, reciprocamente, lograr acesso ao mercado brasileiro para a carne bovina norte-americana. Compromisso declarado publicamente pelos Ministérios da Agricultura dos dois países em "anúncio conjunto" de dezembro do ano passado.

Tendo acompanhado o processo por muitos anos, considero que o estabelecimento deste compromisso bilateral para o avanço conjunto e acesso recíproco de produtos cárneos do Brasil e dos EUA foi o principal movimento desses últimos anos de negociação. Tal entendimento foi alcançado durante as reuniões do Comitê Consultivo Agrícola Brasil-EUA (CCA), em novembro de 2013, e reiterado em recente rodada de negociações em Washington, em abril do corrente ano.

Durante muito tempo, persistia, em ambos os lados, a insatisfação em relação aos requisitos sanitários do outro: do lado do Brasil, em relação à restritividade dos requerimentos norte-americanos relacionados à febre aftosa; e, da parte estadunidense, em relação aos requisitos brasileiros aplicáveis à encefalopatia espongiforme bovina (EEB). Essa situação impedia que qualquer uma das partes tomasse a iniciativa de flexibilizar normativas domésticas para conceder o acesso ao outro parceiro.

Com a evolução da condição sanitária do Brasil (ampliação e estabilização da área livre de febre aftosa) e dos EUA (categorização pela OIE em risco insignificante para EEB) e a modernização das diretrizes sanitárias internacionais (revisão das recomendações da OIE para EEB), criou-se ambiente favorável para que ambas as partes pudessem abrir mão de suas justificativas sanitárias e se engajarem num compromisso político, com benefícios bilaterais e que evita desequilíbrios sob o ponto de vista da concessão em requisitos de importação.

Sobre a potencialidade comercial do produto brasileiro, a própria análise dos EUA indicou haver a possibilidade de exportação de 40.000 toneladas/ano, inicialmente. Não se trata de quantia expressiva, dado que o Brasil não detém quota própria para tais exportações e competiria pela quota de 65.000 toneladas destinada a terceiros países na mesma situação (tarifa de 26,5% para exportações além da quota). Por outro lado, a importância de tal acesso pode ser maximizada pelo efeito que certamente terá para a abertura de outros mercados importantes, como Japão e Coreia do Sul. Recorda-se que a abertura das exportações de carne suína *in natura* de Santa Catarina para o Japão só foi possível após a abertura do mercado dos EUA. As negociações com a Coreia do Sul também avançaram sobremaneira após a conclusão das tratativas com os EUA sobre carne suína.

Além disso, sob o aspecto comercial, o fato dos EUA importarem substancialmente dianteiro bovino pode ser um diferencial desejável para empresas brasileiras. Apesar da perspectiva comercial de curto prazo ser limitada, o volume de exportações acaba sendo determinado por uma série de fatores ligados ao custo de produção, câmbio, conveniências logísticas e preferências dos consumidores. Nesse contexto, considerando o caráter mutável de tais fatores e a capacidade do empresariado brasileiro adaptar-se e contornar adversidades, haveria possibilidade de expandir as exportações e motivos reais para comemorarmos mais essa vitória do agronegócio brasileiro. ■

Este artigo reflete a opinião do autor, e não da instituição que representa.

* Adido Agrícola em Washington

O que o verde e o amarelo significam para o Brasil?

PARA NÓS, O FUTURO.



Agora, é hora de mostrar a força do nosso trabalho, ajudando o planeta a alimentar, vestir e construir para 9 bilhões de pessoas até 2050. Mais do que nunca, a John Deere está comprometida em apoiar seus clientes, como o empresário Ermelindo Rocha Jr. e o produtor Helmut Seitz.
Hoje e **POR GERAÇÕES.**

JOHN DEERE

Para saber sobre isso e muito mais, acesse: JohnDeere.com.br/PorGeracoes

Encontre-nos nas redes sociais: Facebook, Twitter e YouTube.

Eucalipto

RENTABILIDADE DA PRODUÇÃO NO BRASIL

Rafael Ribeiro de Lima Filho[1] Gustavo Adolpho Maranhão Aguiar[2]
Alcides Torres[3]

O PLANTIO de eucalipto é uma atividade com rentabilidades médias próximas do rendimento da poupança. Pode ser uma fonte de renda alternativa para agricultores e pecuaristas que querem diversificar sua atividade e ter um rendimento sustentável ao longo do tempo. Como projeto para análise, temos o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta ou integração pecuária-floresta.

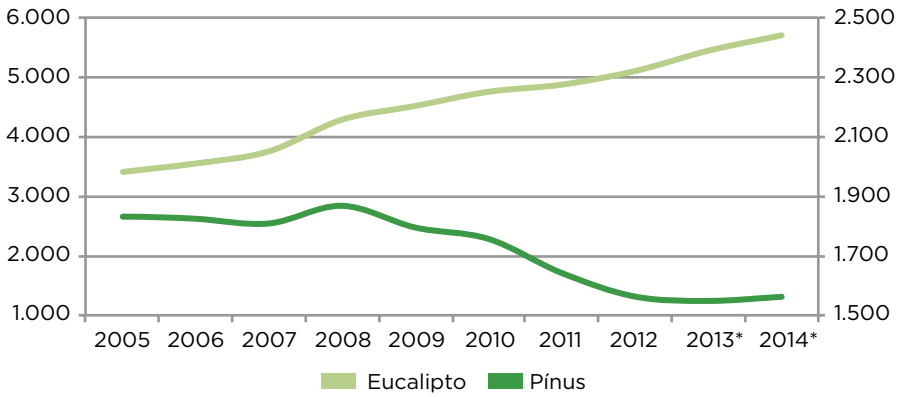
Atualmente, uma das preocupações é justamente com os preços da madeira para carvão e lenha, pressionados para baixo pelo aumento da oferta no mercado brasileiro, além da falta de garantia de compra no caso dos produtores individuais. Para uma comparação, o cultivo de eucalipto aumentou 27,0% nos últimos cinco anos, próximo dos 30,1% de crescimento da área com soja e bem acima dos 7,6% de aumento da área de milho (milho de 1ª e 2ª safras).

Nesse contexto, a produção de eucalipto para celulose é uma opção mais segura, visto o crescimento do setor no mercado brasileiro e mundial. Esse tem sido o grande estímulo para a produção de eucalipto no Brasil.

As áreas de florestas brasileiras plantadas (eucalipto e pínus) cresceram, em média, 3,5%, de 2005 a 2013, de acordo com os números da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF). Em 2012, a área plantada chegou a 6,66 milhões de hectares, dos quais 5,10 milhões de hectares (76,6%) corresponderam a eucalipto e 1,56 milhão de hectares (23,4%) a pínus. Para 2014, estimamos em 7,26 milhões de hectares o espaço ocupado com pínus e eucalipto.

De 2008 a 2014, as projeções apontam um aumento de 27% da área de eucalipto, enquanto a de pínus apresenta queda de 17,1%. De acordo com dados de 2012, Minas Gerais é o maior produtor nacional, com 1,44 milhão de hectares com eucalipto em 2012, segundo a ABRAF. Na sequência, aparecem: São Paulo, com 1,04 milhão de hectares; Bahia, com 605,44 mil hectares; e Mato Grosso do Sul, com 587,31 mil hectares.

BRASIL: ÁREA PLANTADA DE PÍNUS E EUCALIPTO (EM MIL HECTARES)



* Estimativa
Fonte: ABRAF/Scot Consultoria

PARA O PRODUTOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, LOCALIZADO A 35 KM DE DISTÂNCIA DA INDÚSTRIA DE CELULOSE, O VALOR DO ARRENDAMENTO PAGO AO ANO CORRESPONDE ENTRE 6,0% E 6,5% DO VALOR DA ÁREA.



SHUTTERSTOCK

Utilização

O tempo de corte do eucalipto varia conforme o destino. Para a construção civil, o prazo é a partir dos dois ou três anos. Já, na lenha, carvão e madeira, podem ser realizados cortes depois do quarto ano. Na utilização como matéria-prima para a fabricação de móveis, o tempo de desenvolvimento é acima de dez anos, dependendo do manejo dado à floresta. Finalmente, para a produção de celulose, o corte é realizado entre seis e oito anos.

Resultados econômicos

O custo de produção depende da tecnologia empregada, das características de fertilidade do solo e da necessidade de controle de pragas, por exemplo. Para o cálculo do resultado econômico, foi considerada a região sul de Minas Gerais e a madeira destinada para a produção de carvão/lenha e celulose. O pressuposto levou em conta a venda da madeira cortada e empilhada para carvão e lenha (diâmetro abaixo de 15 centímetros).

SUL DE MINAS GERAIS: RENTABILIDADE DO EUCALIPTO PARA LENHA E CARVÃO POR HECTARE (2014)

Itens	Unidades	Valores
Custo de implantação	R$/ha	2.635,00
Custo de manutenção	R$/ha/ano	830,00
Custo de manutenção total (cinco anos)	R$/ha	3.320,00
Custo total (formação + manutenção)	**R$/ha**	**5.955,00**
Colheita	anos	5
Volume de madeira cortada/empilhada	m^3/ha	300
Preço de venda da madeira	R$/$m^3$	32,00
Receita	**R$/ha**	**9.600,00**
Lucro (cinco anos)	**R$/ha**	**3.645,00**
Preço da terra	**R$***	**10.500,00**
Rentabilidade (cinco anos)	**%**	**34,7**
Rentabilidade média ao ano	**%**	**6,9**

* Preço médio de terras de eucalipto na região sul de Minas (Relatório de Terras da Scot Consultoria – 1º trimestre de 2014)
Fonte: CIFlorestas/Cepea/Scot Consultoria

SUL DE MINAS GERAIS: RENTABILIDADE DO EUCALIPTO PARA CELULOSE (2014)

Itens	Unidades	Valores
Custo de implantação	R$/ha	2.964,38
Custo de manutenção	R$/ha/ano	830,00
Custo de manutenção total (sete anos)	R$/ha	4.980,00
Custo total (formação + manutenção)	**R$/ha**	**7.944,38**
Colheita	anos	7
Volume de madeira cortada/empilhada	m^3/ha	300
Preço de venda da madeira	R$/$m^3$	46,00
Receita	**R$/ha**	**13.800,00**
Lucro (sete anos)	**R$/ha**	**5.855,63**
Preço da terra	**R$***	**10.500,00**
Rentabilidade (sete anos)	**%**	**55,8**
Rentabilidade média ao ano	**%**	**8,0**

* Preço médio de terras de eucalipto na região sul de Minas (Relatório de Terras da Scot Consultoria – 1º trimestre de 2014)
Fonte: CIFlorestas/Cepea/Scot Consultoria

O espaçamento foi de 3 metros por 2 metros entre as linhas e as plantas. Isso corresponde a 1.667 plantas por hectare. O custo de implantação foi de R$ 2.635,00 por hectare, tendo como referência o plantio em janeiro de 2014. Já o custo de manutenção foi de R$ 830,00 por hectare/ano no intervalo do segundo para o quinto ano. Este valor inclui a adubação de cobertura, controle de formigas, demais tratos culturais e mão de obra.

A produtividade média estimada na colheita durante o quinto ano foi de 300 metros cúbicos de madeira cortada e empilhada. A receita com a venda do produto computou R$ 9.600,00 por hectare. Considerando a implantação e manutenção, os custos totais totalizaram R$ 5.955,00 por hectare. Com isso, o lucro por hectare obtido foi de R$ 3.645,00, que, divididos pelos cinco anos de maturação, representam um lucro de R$ 729,00 por hectare/ano. A rentabilidade da atividade, a tomar por base o preço da terra no sul de Minas, chegou a 34,7% em cinco anos, ou 6,9% ao ano.

Para o cálculo do resultado econômico da produção de eucalipto para celulose, foi considerado o corte no sétimo ano. O espaçamento entre linhas e plantas foi de 3 metros por 2 metros, com produtividade média de 300 metros cúbicos por hectare. Os custos de produção estão estimados em R$ 7.944,38 por hectare (implantação e manutenção). O preço do metro cúbico de madeira para celulose está em R$ 46,00 na região. A receita com a venda da madeira e o lucro por hectare, no sétimo ano, são de R$ 13,8 mil e R$ 5.855,63 (R$ 836,51 por hectare/ano), respectivamente. A rentabilidade da atividade, levando em conta o preço da terra no sul de Minas, é de 55,8% em sete anos, ou 8,0% ao ano.

As rentabilidades foram calculadas dividindo-se o lucro operacional (que considera a depreciação de máquinas e equipamentos) pelo capital total investido na atividade. No caso, o capital é o preço da terra. ■

1 Zootecnista da Scot Consultoria
2 Zootecnista da Scot Consultoria
3 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria

Mandatos de etanol dos EUA

IMPACTO SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA

Felippe Serigati*

HÁ PELO menos três movimentos no mercado internacional que merecem a atenção dos produtores agrícolas brasileiros: mudanças na política monetária norte-americana; a desaceleração do ritmo de crescimento da economia chinesa; e a revisão dos mandatos de etanol nos Estados Unidos. Enquanto os dois primeiros temas já têm recebido razoável atenção pela imprensa especializada, pouca discussão tem sido feita a respeito do último ponto. Com base em um estudo realizado pela FGV Projetos e pelo Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro)[1], este artigo discute como as mudanças nos mandatos de etanol podem impactar os mercados agrícolas tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos.

A principal conclusão do estudo da FGV é que, embora possam ter algum impacto no setor sucroalcooleiro, mudanças nos mandatos norte-americanos de etanol não devem impactar fortemente a agricultura brasileira.

Os mandatos e a demanda por etanol nos Estados Unidos

A demanda por biocombustíveis nos Estados Unidos é fortemente influenciada pela política dos mandatos da U.S. Environmental Protection Agency (EPA). Essa política foi estabelecida em 2005, por meio do Energy Policy Act (EPAact), e revista em 2007, pelo Energy Independence and Security Act (EISA). Seu principal instrumento é um cronograma que determina anualmente o volume de biocombustível que deve ser adicionado à gasolina. Esta mistura é feita com o objetivo de:

- elevar a segurança energética dos Estados Unidos; e
- reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEE).

Entre os biocombustíveis previstos pelo EISA, o etanol é, de longe, o principal. Como o etanol pode ser obtido a partir de diferentes matérias-primas, e cada uma tem uma capacidade distinta de reduzir as emissões de GEE, os mandatos determinam anualmente uma demanda distinta para cada variedade de etanol, a saber: etanol convencional (na prática, o etanol produzido a partir do milho) e etanol avançado (etanol celulósico, etanol de biomassa e outros, como, por exemplo, etanol de cana-de-açúcar).

De acordo com o cronograma criado em 2007 pelo EISA, o mandato previa a mistura obrigatória de biocombustíveis convencionais à gasolina, iniciando, em 2008, com 9 bilhões de galões (bg) e crescendo para 15 bg, em 2015 (cerca de 57 bilhões de litros). Pelas projeções de 2007, essa mistura corresponderia a aproximadamente 10% do consumo de gasolina do País em 2015. Para o crescimento do consumo depois de 2015, o mandato contava com a utilização de combustíveis avançados, especialmente o etanol celulósico.

Essa demanda "compulsória" por etanol aumentou a pressão sobre o mercado norte-americano de milho. Por exemplo, em 2013, quase 40% da oferta do grão tiveram como destino a produção de etanol. Consequentemente, os mandatos geraram impactos sobre os mercados de diversas outras culturas (soja e trigo, por exemplo). Esses impactos foram tão fortes que os biocombustíveis têm sido considerados como um dos principais responsáveis pela inflação de alimentos que assustou diversos países em 2008.

Dada a importância dos Estados Unidos para a agricultura mundial e da cultura do milho para a agricultura norte-americana, uma mudança nos mandatos pode alterar de forma substantiva o equilíbrio de diversos mercados agrícolas. Atualmente, está claro que os mandatos passarão por um processo de revisão.

METAS DEFINIDAS NO MANDATO EISA 2007 PARA BIOCOMBUSTÍVEIS (EM BILHÕES DE GALÕES – BG)

Ano	Mistura de biocombustíveis (bg)	
	Convencionais	Avançados
2008	9,0	0,0
2015	15,0	5,5
2022	15,0	21,0

Fonte: EIA (U.S. Energy Information Administration)

Por que os mandatos estão sendo revistos?

Há dois motivos principais e não excludentes para uma revisão dos mandatos de etanol norte-americanos:

- queda no consumo de gasolina nos Estados Unidos, implicando um limite mais baixo para a demanda por etanol. Esse teto para a demanda tem sido chamado de *blend wall*; e
- emergência do gás e do petróleo extraídos do xisto argiloso. Esta nova fonte de combustíveis fósseis tem reduzido o custo médio da energia e tornado o etanol menos competitivo.

O *blend wall*

Desde 2008, tem se observado uma contínua redução no consumo de gasolina nos Estados Unidos. Inicialmente, acreditou-se que esta queda seria passageira, reflexo da crise econômica. Todavia, como a demanda por gasolina tem encolhido mesmo após a economia norte-americana apresentar sinais robustos de recuperação, outras hipóteses também passaram a ser consideradas:

- maiores exigências de eficiência energética (em termos de milhas/galão) para veículos e motores produzidos nos Estados Unidos; e
- maior preferência do consumidor norte-americano por carros menores,

mais econômicos ou que permitam a utilização de diferentes tipos de combustíveis (veículos híbridos).

Independentemente de qual seja o principal motivo, o fato é que o consumo norte-americano de gasolina tem diminuído, e isso reduz o mercado para os biocombustíveis. A demanda por biocombustíveis está limitada à mistura de 10% na gasolina (na terminologia em uso, E10). Logo, uma redução no consumo de gasolina tornaria mais estreito o mercado de etanol nos Estados Unidos.

Para acomodar a demanda por etanol prevista nos mandatos, seria necessário aumentar a mistura etanol-gasolina. Entretanto, os números são bem claros: mantendo-se o mandato atual, a queda do consumo da gasolina levaria a uma situação em que a participação do etanol de milho na gasolina atingiria 12% (15 bg/126 bg), em 2020, e 15% (15 bg/101,7 bg), em 2040.

Aumentar a mistura de etanol na gasolina é uma proposta que está sendo discutida nos Estados Unidos. Porém, há fortes resistências, principalmente das indústrias de petróleo e de automóveis. Nesse ponto, o surgimento dos combustíveis fósseis extraídos do xisto argiloso exerce um papel fundamental.

A influência do gás e do petróleo de xisto

A extração de gás e de petróleo a partir das rochas de xisto argiloso tem provocado mudanças expressivas nos mercados de energia nos Estados Unidos. Entre essas mudanças, merecem destaque:

• a dramática redução do custo médio da energia para a indústria norte-americana, que vem ganhando competitividade com a utilização desse combustível. A razão para isso está no fato de o preço do gás de xisto estar bem abaixo do preço internacional do gás natural, quadro que tende a permanecer pelo menos até 2020, ano em que terminará o impeditivo de exportação de petróleo não refinado para países com os quais os Estados Unidos não têm tratado de livre comércio; e

• a redução das importações norte-americanas de petróleo e gás, deixando o país em situação mais confortável em matéria de segurança energética.

CONSUMO DE GASOLINA DE VEÍCULOS LEVES NOS ESTADOS UNIDOS: COMPARAÇÃO DAS PROJEÇÕES DE 2007 E 2013

Ano	Projeção de 2007	Projeção de 2013	Redução da projeção (%)
2007	134,4*	–	–
2012	135,2	133,5*	–
2015	142,0	134,3	-5,4%
2020	145,8	126,3	-13,4%
2025	146,6	113,6	-22,5%
2030	149,3	104,7	-29,9%
2040	–	101,7	–

* Consumo observado
Fonte: EIA, Annual Energy Outlook 2008 (publicado em junho de 2008) e Annual Energy Outlook 2014 (*early release* – dezembro de 2013)

MANDATO NORTE-AMERICANO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E CENÁRIOS DE REVISÃO SIMULADOS (VOLUMES DE ETANOL EM BILHÕES DE GALÕES)

Mandato de etanol	Safra 2012/13	Cenários simulados				
		2014 E10	2020 E10	2020 E15	2025 E10	2025 E15
Total (sem biodiesel)	14,38	13,63	12,90	19,40	11,70	17,50
Etanol de milho	13,80	13,01	12,00	13,80	10,00	13,80
Etanol celulósico	0,01	0,01	0,90	1,80	1,70	3,00
Etanol avançado (cana)	0,57	0,60	0,00	3,80	0,00	0,70

A redução do consumo de gasolina nos anos recentes trouxe consequências para a lucratividade da indústria do petróleo e gás nos Estados Unidos, que, apoiada pela indústria automotiva, passou a pressionar pela revisão das metas do mandato EISA, usando os seguintes argumentos:

• a elevação da segurança energética dos EUA, em consequência do forte crescimento da produção e uso do gás de xisto; e

• a baixa eficiência do etanol de milho, que não é considerado um biocombustível avançado, em termos de redução de emissões de GEE, e a modesta evolução da produção de etanol celulósico, muito aquém do previsto para o período 2008-13.

A principal conclusão é que uma revisão do mandato é provável diante do *blend wall* e da pressão da indústria norte-americana de petróleo.

Impactos da mudança nos mandatos sobre a agricultura brasileira

Para avaliar os impactos de uma eventual alteração no mandato EISA 2007, a FGV Projetos e o Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) elaboraram um modelo de equilíbrio parcial. A partir deste modelo, foram simulados cenários para três anos (2014, 2020 e 2025), variando o nível de mistura de etanol à gasolina (E10 ou E15) e partindo dos números da safra 2012/13 como ano-base. Em cada um dos cenários, haveria uma demanda por biocombustível distinta para as diferentes variedades de etanol, e foram simulados os impactos sobre os mercados de milho, soja e etanol nos Estados Unidos e no Brasil.

De forma sintética, a principal conclusão é que a mudança dos mandatos levaria a alterações bastante modestas nos mercados de grãos (soja e milho) tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil. Esse resultado é razoável, uma vez que uma redução nos mandatos implicaria uma diminuição muito limitada na demanda por milho nos Estados Unidos. Para exemplificar, no cenário para 2025 com mistura E10 (2025 E10), foi simulada uma redução da demanda por etanol de milho de 13,8 bilhões de galões para 10 bilhões de galões; isto é, uma redução de 27,5% na demanda por etanol (a redução mais agressiva entre os cená-

Limites para a exportação do etanol de cana para os EUA

De acordo com os mandatos estabelecidos em 2007, a produção de etanol de milho deveria atingir um pico de 15 bg em 2015 e permanecer neste patamar até que os mandatos expirassem, em 2022. Porém, mesmo com um teto para a produção de etanol de milho, a oferta total de etanol seguiria aumentando até atingir 36 bg em 2022. Seria justamente o etanol celulósico o principal biocombustível a preencher essa lacuna.

Apesar dessa reserva de mercado, o etanol celulósico tem encontrado importantes obstáculos para se tornar economicamente viável. Estas dificuldades tendem a se agravar com os problemas de ordem financeira experimentados pelas empresas que deveriam oferecer este produto no período entre 2015 e 2020. Além do fornecimento de etanol, essa situação também compromete um dos pilares do mandato EISA 2007: a redução das emissões, aspecto sensível no plano eleitoral e que dificilmente será revogado pelo Congresso.

Diante dessa perspectiva, a importação do etanol de cana do Brasil poderia ser uma alternativa capaz de preservar o alcance ambiental do mandato e superar o impasse atual em relação ao futuro do mandato. Contudo, há dois fortes obstáculos que impedem a expansão da importação do etanol de cana brasileiro pelos Estados Unidos:

• o forte *lobby* das indústrias norte-americanas de petróleo e gás e de etanol de milho. A importação do etanol de cana do Brasil poderia compensar o fraco crescimento da produção de etanol celulósico e contribuir para a manutenção das metas atuais do mandato EISA, o que não interessa às primeiras; e limitaria o espaço para a expansão do etanol de milho, o que não interessa à segunda; e

• a incerteza com relação à capacidade do setor sucroalcooleiro brasileiro de expandir sua produção aos níveis que seriam exigidos pelo eventual crescimento da demanda pelo etanol de cana nos Estados Unidos.

VARIAÇÃO (%) DOS PREÇOS E DAS QUANTIDADES PRODUZIDAS COM RELAÇÃO AOS VALORES DA SAFRA DE 2012/13

	2014 E10	2020 E10	2020 E15	2025 E10	2015 E15
Produção					
Milho US	-0,5	-1,3	1,0	-4,0	0,8
Soja US	0,8	1,8	0,7	2,9	0,6
Milho BR	-2,6	-5,9	-1,7	-10,3	-1,4
Soja BR	-0,6	-1,3	-0,5	-2,1	-0,4
Cana BR	0,3	-4,3	24,5	-4,3	1,0
Preço					
Milho US	-9,8	-22,1	-7,8	-36,4	-6,3
Soja US	-3,6	-8,1	-3,3	-12,8	-2,7
Etanol US	-13,4	-30,3	-5,2	-57,2	-4,2
Milho BR	-9,0	-20,2	-7,2	-33,3	-5,8
Soja BR	-3,5	-7,8	-3,1	-12,3	-2,6
Etanol BR	0,9	-14,3	81,5	-14,3	3,4

rios analisados). Como cerca de 40% do milho produzido nos Estados Unidos são destinados à produção de etanol, a redução implicaria uma contração de 11% na demanda total por milho. Uma vez que, de acordo com as simulações, o impacto sobre o mercado de milho norte-americano não deve ser tão grande, o mesmo deve acontecer com a soja norte-americana, bem como com o milho e a soja brasileiros.

Assumindo o pressuposto de que o etanol de milho não avança sobre o mandato do etanol celulósico, mesmo se a produção do último não deslanchar, o setor sucroalcooleiro pode sentir impactos mais fortes do que os mercados de grãos:

• por um lado, se houver mais espaço para a exportação de etanol de cana brasileiro (cenários 2014 E10 e 2020 E15), a oferta de cana pode ter que aumentar até 24,5% (2020 E15), atingindo 732,4 milhões de toneladas, para atender a demanda norte-americana. Essa pressão de demanda levaria o preço do etanol para exportação a R$ 2,61/litro;

• por outro lado, se não houver qualquer espaço para o etanol de cana no mandato norte-americano devido ao *blend wall* e/ou ao avanço do etanol celulósico, o impacto sobre o setor sucroalcooleiro não será muito grande. No pior dos cenários (2020 E10 e 2025 E10), no qual cessaria qualquer exportação brasileira de etanol para os Estados Unidos, a oferta de cana-de-açúcar cairia 4,3%, atingindo uma produção de 563,3 milhões de toneladas (contra os aproximadamente 590 milhões de toneladas em 2012).

A combinação desses resultados não é surpreendente, pois o Brasil exporta uma fração pequena do volume total de etanol produzido (9,2%, na safra 2012/13). Portanto, uma alteração nesse nicho de mercado teria um impacto modesto sobre toda a cadeia. ■

1 O estudo foi desenvolvido por Roberto Perosa Junior, Felippe Serigati, Angelo Costa Gurgel e Otavio Mielnik

* Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippeserigati@gmail.com

Novo Código Florestal

DECRETO REGULAMENTA CADASTRO AMBIENTAL RURAL

NO ÚLTIMO dia 5 de maio, foi promulgado o Decreto nº 8.235, que dispõe sobre as regras do Cadastro Ambiental Rural (CAR), segundo regulamentação aprovada no novo Código Florestal em 2012. O decreto estabelece os mecanismos pelos quais os proprietários rurais realizarão o cadastro de suas propriedades, respeitando o prazo de até um ano após a promulgação presidencial. No mesmo decreto, foi normatizado o Programa Mais Ambiente Brasil, que visa apoiar a regularização de áreas rurais, bem como oferecer ações de educação ambiental, assistência técnica, extensão rural e capacitação de gestores públicos para atuar em tais áreas.

O CAR é peça-chave no Programa de Regularização Ambiental (PRA), previsto no novo Código Florestal aprovado em maio de 2012. Por meio desse sistema, proprietários poderão regularizar sua situação de acordo com as novas regras sobre Reserva Legal (RL) e Áreas de Proteção Permanente (APPs)[1]. O CAR já vem sendo implantado desde 2008 nos estados do Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Acre. A partir desse momento, estes sistemas estaduais estarão integrados e serão incluídas as demais Unidades da Federação.

O CAR funciona por meio do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), em que proprietários devem declarar informações detalhadas sobre suas propriedades, podendo ocorrer um "déficit" ou "superávit" em relação ao exigido por lei. Aqueles que apresentarem um passivo ambiental poderão aderir voluntariamente ao PRA por meio da elaboração de um plano de recuperação de áreas desmatadas visando à compensação ambiental. Após a assinatura deste compromisso de recuperação, todas as multas e penalidades existentes seriam convertidas em serviços de melhoria da qualidade do meio ambiente.

Enquanto o termo de compromisso estiver sendo cumprido, fica suspensa a aplicação de sanções administrativas, desde que novas formas de descumprimento da lei não tenham ocorrido após 22 de julho de 2008. No caso de descumprimento do termo de compromisso assumido, será retomado o processo administrativo e criminal visando aplicar as punições aos proprietários. O compromisso de recuperação pode durar até vinte anos, em casos de recomposição de Reserva Legal.

De forma bem simplificada, pode-se dizer que o SICAR funciona como uma plataforma de declaração do Imposto de Renda. Após inserir os dados de sua propriedade, o proprietário verifica se tem um passivo ambiental e, nesse caso, busca uma forma de restituição ambiental.

Contudo, permanecem dúvidas de como o Governo irá gerir um sistema tão amplo, cobrindo os mais de 5 mil municípios brasileiros e algo em torno de 5,6 milhões de propriedades. A primeira dúvida recai sobre a forma como o SICAR irá confirmar as informações fornecidas pelos proprietários, bem como acompanhar os compromissos de recuperação firmados. Declarações do Ministério do Meio Ambiente (MMA) indicam que a principal fonte de informação virá de imagens de satélite de alta resolução dos anos de 2008, 2011 e 2012. A partir destas imagens, governos estaduais e municipais irão verificar se os dados declarados pelos proprietários conferem e estabelecer o plano de recomposição, quando cabível.

O impacto do CAR para os produtores rurais

Para os produtores rurais, o preenchimento do CAR não deve ser trivial e, por isso, exige cautela. Pela natureza declaratória desse sistema, é provável que ocorram erros no preenchimento das informações, especialmente por proprietários menores e com menor nível de instrução. Nesse sentido, as associações de produtores e outras entidades do setor terão papel fundamental em assessorar proprietários no levantamento e inserção dessas informações no cadastro. Diversos estados, como o Mato Grosso, já estão capacitando técnicos de diversas secretarias para manusear o *software* usado no CAR e auxiliar proprietários rurais na declaração.

Para reduzir a chance de erros na declaração, o Governo também disponibilizou um programa de análise que vai comparar as informações fornecidas pelos proprietários com as imagens de satélite. Dessa forma, espera-se que os proprietários, antes mesmo de enviar suas declarações, já tenham uma ideia se a contagem de que dispõem das áreas desmatadas em sua propriedade está batendo com aquelas obtidas pelo Governo por meio das imagens de satélite. Até o momento, não foi informado como os proprietários devem proceder caso sua contagem venha a divergir da obtida pelo Governo.

O Governo espera que as ações de recuperação iniciem-se pelos grandes proprietários, que, além de dispor de mais recursos, tem mais a perder com a situação irregular, ficando impedidos de acessar recursos públicos necessários à produção agrícola, como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Segundo estimativas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), 90% das propriedades rurais do País são de pequeno porte (até 4 módulos fiscais), totalizando 24% das áreas rurais. Os demais 10% são formados por propriedades de médio e grande porte, totalizando 76% de toda a área agrícola. O fato das restrições previstas no Código Florestal serem mais rígidas para propriedades de médio e grande porte também deve elevar os incentivos para este perfil de propriedade buscar a regularização.

Como se cadastrar no SICAR?

O desenvolvimento deste sistema iniciou-se antes mesmo da aprovação do Código Florestal, tendo recebido suporte técnico da Embrapa e de outras agências governamentais. Buscou-se um sistema simplificado que permitisse aos proprietários realizar seu preenchimento e que pode ser acessado por meio do seguinte endereço: **http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam2/Default.aspx?idPagina=13076**

O cadastramento está dividido nas seguintes etapas:

1. Cadastro de novo usuário do sistema (*login*): o titular da propriedade ou posse, ou um agente por este autorizado por meio de procuração, deve fornecer sua identidade de forma a ter acesso ao sistema para o imóvel; mais de uma propriedade poderá ser gerenciada com o mesmo *login*, desde que todas estejam em nome do mesmo titular cadastrado;

2. Cadastro dos imóveis na conta do usuário: o proprietário deve cadastrar sua propriedade em seu usuário, sendo esta considerada como qualquer extensão contígua de terra que seja explorada de forma semelhante, independentemente do número de matrículas desta área e de possíveis "divisões", como estradas e rios; deverá ser utilizado o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), fornecido pelo Incra para o cadastro das propriedades, quando este estiver regularizado. Neste item, serão solicitadas as seguintes informações:

a. Propriedade:

i. Tipo de propriedade: registrar o imóvel como rural ou urbano considerando as classificações legais;

ii. Tipo de documento: fornecer CCIR (para imóveis rurais) e IPTU (para imóveis urbanos);

iii. Tipo de domínio: reportar se a área está registrada como "propriedade" ou "posse";

iv. Nome da propriedade: o mesmo que consta no registro de propriedade ou posse;

v. Localização: endereço, bairro, CEP e município;

vi. Área da propriedade: indicar a área em hectares da propriedade; serão solicitadas informações adicionais sobre:

1. área de remanescentes de vegetação nativa;
2. área de Reserva Legal;
3. áreas de Preservação Permanente;
4. áreas de uso consolidado;
5. áreas de uso restrito;
6. áreas de servidão administrativa;
7. áreas de compensação.

vii. Atividade principal: deverá ser selecionada apenas uma atividade econômica de uma listagem apresentada no sistema.

b. Domínio: deverão ser informados e inseridos no sistema documentos que comprovem a forma de titularidade do imóvel (posseiro ou proprietário), bem como a identidade da pessoa física (CPF) ou empresa titular (CNPJ); também poderão ser cadastrados representantes legais ou técnicos que estejam auxiliando os titulares na declaração (será necessário inserir os dados desses representantes respaldados pelas procurações);

c. Declarações: deverão ser inseridas declarações referentes à forma de organização produtiva, como membros da agricultura familiar (os valores previstos no Código Florestal diferenciam essa forma de organização); também poderá ser declarada intenção de aderir a um programa de recuperação de áreas degradadas;

d. Mapa: por meio de um sistema de mapas apresentados no SICAR, será possível indicar a área da propriedade em um mapa (desenhar com o mouse) ou enviar um arquivo gerado com essas informações;

e. Anexos: deverão ser anexados todos os documentos comprobatórios das declarações feitas acima.

Após declarar a veracidade das informações fornecidas, o usuário poderá enviar eletronicamente todas as informações para o CAR, passando este a informar que o cadastro está "inscrito".

Juntamente ao Código Florestal, esse decreto é apontado como um marco histórico na legislação ambiental brasileira. Além de buscar um amplo sistema de monitoramento da situação ambiental das propriedades, esse sistema também permitirá ações visando à recuperação ambiental de forma mais propositiva. Pela primeira vez, o Estado brasileiro busca um mecanismo de incentivo não punitivo, diferente das multas tradicionalmente usadas para garantir o cumprimento da lei. Ao dar a oportunidade de regularização, o novo mecanismo permite que o passivo ambiental seja compensado por meio de ações de recuperação.

Para se ter uma ideia do impacto desse processo de regularização na agricultura brasileira, o MMA estima que menos de 20% dos produtores rurais brasileiros estariam com suas áreas de Reserva Legal em situação regular. Apesar de o Código Florestal aprovado em 2012 ter sido considerado uma vitória do setor rural, sofrendo fortes críticas de ambientalistas, o processo de regularização terá grande impacto na organização da produção rural brasileira, podendo acarretar elevação do custo de produção. Contudo, é inegável que ele também tornará a agricultura brasileira mais sustentável e alinhada a padrões internacionais de preservação ambiental, o que poderá levar à abertura de novos mercados. Assim, espera-se que algumas concessões feitas no que tange ao perdão pelo descumprimento da legislação ambiental no passado convertam-se num maior apoio do setor rural ao cumprimento do novo Código Florestal. ■

1 Para maiores detalhes sobre as novas regras, ver matéria "Código Florestal: Saiba tudo sobre a nova lei", na edição de junho de 2012 da revista ***Agroanalysis***

Plano Agrícola e Pecuário 2014/15

RUMO A 200 MILHÕES

O GOVERNO anunciou as medidas do Plano Safra que vai de julho de 2014 a junho 2015. A previsão é de um avanço na colheita de grãos, de 191,2 milhões de toneladas para 200,0 milhões. Poderíamos estar bem próximos deste número, caso não ocorressem as severas estiagens no último verão em importantes regiões produtoras.

As propostas apresentadas pelo plano focam o setor de grãos, que cresceu em área plantada 10,6 milhões de hectares de 2009/10 à temporada atual.

Nas duas últimas safras, a quantidade total de crédito aplicado superou a programada pelo Plano Safra. A meta, agora, é alcançar R$ 156,1 bilhões. A cifra corresponde a quase dois terços do orçamento de custeio das lavouras e das criações. A parte restante, de um terço, terá de ser complementada com recursos próprios dos agricultores e operações com *tradings*, agroindústrias de integração e fornecedoras de insumos. Como outras opções, aparecem os títulos do agronegócio, em crescimento no mercado, como a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

A taxa de juros anual média do crédito rural, considerando todas os programas do Plano Safra – no custeio, investimento e comercialização –, passou de 5,5% para 6,5%. Nos investimentos para MODERFROTA, Irrigação/Inovação/Armazenagem, Programa ABC, PSI Rural, Cerealista e Médio Produtor (PRONAMP), o intervalo de variação vai de 4,5% a 6,0%. Essa elevação é explicada pelo fato de a taxa Selic, de abril de 2013 a abril de 2014, ter subido de 7,5% para 11,0%.

Tanto na operação agrícola, como na pecuária, o limite para o produtor aumentou em 10%, passando para R$ 1,1 milhão no custeio e R$ 2,2 na comercialização. No entanto, o valor do custeio pode ser ampliado em até 45%, com Reserva Legal e Área de Preservação Permanente, seguro agrícola e de preços, plantio direto, rastreabilidade, produção orgânica ou adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR).

A expansão das operações de seguro rural continua a ser o grande desafio das políticas públicas para proteger os produtores contra os desastres climáticos e queda acentuada dos preços. Para a magnitude da agropecuária nacional, o alcance da cobertura ainda é muito modesto em termos de área e produtores, apesar do significativo crescimento no orçamento registrado a partir de 2007. Para a presente safra, o Governo postergou para 1º de julho de 2015 a obrigatoriedade de seguro rural nas operações de crédito rural contratadas, bem como a revisão do zoneamento agroclimático e das áreas prioritárias. ■

BRASIL: CRÉDITO RURAL (R$ BILHÕES)

Finalidade	Safra 2013/14	Safra 2014/15	Variação
1. Custeio	**97,6**	**112,0**	**14,7%**
1.1. Juros controlados	82,2	89,0	8,3%
1.2. Juros não controlados	15,4	23,0	49,4%
2. Investimento	**38,4**	**44,1**	**14,7%**
2.1. Juros controlados	38,1	43,7	14,7%
2.2. Juros não controlados	0,3	0,4	33,3%
Total	**136,0**	**156,1**	**14,7%**

Fonte: MAPA

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL (PSR)

Ano	Orçamento (R$ milhões)	Área segurada (milhões de hectares)	Número de produtores
2007	100	2,28	27.846
2008	160	4,76	43.642
2009	172	6,67	56.306
2010	238	4,79	38.211
2011	255	5,58	40.109
2012	329	5,24	43.538
2013	630	9,60	65.556
2014	700	10,00	80.000

Fonte: MAPA

Florestas plantadas

Pela primeira vez, o Plano Safra 2014/15 incluiu o setor de florestas plantadas. O mercado internacional de madeira movimenta cerca de US$ 260 bilhões por ano. A participação do Brasil é de 3%, com produtos originados em florestas plantadas, majoritariamente a celulose de fibra curta. O objetivo é montar uma política de longo prazo para ampliar essa participação, diversificando a base e reduzindo a pressão sobre as florestas nativas. Outra prioridade é a atração de investimentos para o segmento, por meio de fundos de pensão, células de crédito florestal, seguro rural e isenção de impostos para uso de resíduos florestais. O projeto de lei da Política Nacional de Florestas Plantadas, em estudo pelo Governo desde 2010, está na Casa Civil.

PLANO SAFRA 2014/15

Custeio					
Programa	Recursos programados (R$ bilhão)	Limite de crédito/ beneficiário	Prazo máximo (ano)	Carência	Taxa de juros anual (%)
PRONAMP	10,55	RS 660 mil	2	Não tem	5,5
Outros	101,45	R$ 1,1 milhão	2	Não tem	6,5
Investimento					
Insumos	Recursos programados (R$ bilhão)	Limite de crédito/ beneficiário	Prazo máximo (ano)	Carência (ano)	Taxa de juros (%)
PRONAMP	6,34	R$ 385 mil	12	2,0	5,5
ABC	4,50	R$ 2 milhões[1]	15	6,0	4,5[2] e 5,0[3]
PROCAP-AGRO Integralização de Cotas Partes	0,50	R$ 50 milhões	6	2,0	6,5
PROCAP-AGRO Capital de Giro	2,55	R$ 60 milhões	2	0,5	8,0
PRODECOOP	1,25	R$ 100 milhões	12	3,0	6,5
PCA	3,50	Não tem	15	3,0	4,0
MODERFROTA	3,50	Não tem	8	2,0	4,5[7] e 6,0[8]
PSI Cerealistas	1,00	Não tem	15	3,0	5,0
PSI Rural	4,50	Não tem	10	3,0	4,5[7] e 6,0[8]
INOVAGRO	1,70	R$ 1 milhão	10	3,0	4,0
Moderagro	0,55	R$ 800 mil[4]	10	3,0	6,5
MODERINFRA Agricultura Irrigada	0,30	R$ 2 milhões[5]	12	3,0	4,0
MODERINFRA Modernização e Reforma de Armazéns	0,25	R$ 1,3 milhão[6]	12	3,0	6,5
Prorenova Rural e Industrial	3,00	Não tem	6	1,5	TJLP + 2,7

Notas: (1) limite para plantio comercial de florestas: R$ 3 milhões/beneficiário; (2) produtores rurais com renda bruta anual até R$ 1,6 milhão; (3) produtores rurais com renda bruta anual acima de R$ 1,6 milhão; (4) limite para crédito coletivo: R$ 2,4 milhões; (5) limite para crédito coletivo: R$ 6 milhões; (6) limite para crédito coletivo: R$ 4 milhões; (7) produtores rurais com renda bruta anual até R$ 90 milhões; (8) produtores rurais com renda bruta anual acima de R$ 90 milhões
Fonte: MAPA

OBJETIVO DOS PROGRAMAS CONTEMPLADOS NO PLANO AGRÍCOLA

Nome do programa	Sigla	Objetivo
Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural	PRONAMP	Promover a agricultura de médio porte (ou seja, dos agricultores que possuem renda bruta anual de até R$ 1,6 milhão).
Agricultura de Baixo Carbono	ABC	Estimular a implantação e o desenvolvimento de sistemas produtivos agrícolas ambientalmente sustentáveis.
Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias	PROCAP-AGRO	Apoiar as cooperativas de produção agropecuária, pesqueiras e aquícolas na recuperação ou reestruturação patrimonial.
Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária	PRODECOOP	Incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização.
Programa para Construção e Ampliação de Armazéns	PCA	Promover a ampliação e a construção de novos armazéns.
Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras	MODERFROTA	Apoiar a aquisição financiada de tratores e colheitadeiras com idade máxima de oito e dez anos, respectivamente, e de pulverizadores, plantadeiras e semeadoras com idade máxima de cinco anos.
Programa de Sustentação do Investimento	PSI	Financiar o investimento em novas estruturas de armazenagem de grãos e a aquisição, arrendamento ou produção de bens de capital agrícolas, bem como para capital de giro associado.
Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária	INOVAGRO	Apoiar investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica nas propriedades e à inserção competitiva dos produtores rurais nos diferentes mercados.
Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais	Moderagro	•Fomentar os setores de produção, beneficiamento, industrialização, acondicionamento e armazenamento de produtos; •Fomentar ações relacionadas à defesa e rastreabilidade animal; •Apoiar a recuperação dos solos com uso de corretivos agrícolas.
Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem	MODERINFRA	•Apoiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada sustentável; •Ampliar a capacidade de armazenamento pelos produtores rurais; •Apoiar o investimento em instalações destinadas à guarda de máquinas e implementos agrícolas e à estocagem de insumos.
Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais	Prorenova	Promover a renovação e implantação de novos canaviais.

Fonte: MAPA

Cana-de-açúcar

SOLUÇÃO PARA COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E ELETRICIDADE

Plinio M. Nastari*

AS DISTORÇÕES geradas pelas políticas públicas para os setores de combustíveis e eletricidade implementadas nos últimos anos começam a fazer estragos, que ficam cada vez mais visíveis e aumentam a preocupação com o futuro.

No setor de combustíveis líquidos, o controle de preços de gasolina e diesel tem comprometido a geração de caixa da Petrobras e o cumprimento de seu plano de investimentos. O efeito colateral tem sido de prejuízo e desestímulo do setor canavieiro e sucroenergético, que tem como produto principal o etanol, que compete com a gasolina subsidiada. Segundo cálculos da DATAGRO, na semana de 1º a 9 de maio, a defasagem de preço da gasolina era de 18,50%, avaliada pela diferença entre o preço da gasolina FOB Golfo dos EUA e o preço médio nas refinarias brasileiras. Esta diferença não incorpora o frete, o seguro e as despesas de descarga no caso da gasolina importada, que se torna cada vez mais frequente no abastecimento interno brasileiro.

Além do subsídio direto ao preço da gasolina, arcado pela Petrobras, o Governo reduziu gradualmente a zero a CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), que servia de diferencial entre o preço da gasolina e do etanol e que, com alguma aproximação, internalizava nos preços dos combustíveis a vantagem ambiental do etanol em relação à gasolina. Entre julho de 2001 e abril de 2008, o valor da CIDE foi fixado em R$ 0,28 por litro. Este valor foi gradualmente reduzido até chegar a zero, em junho de 2012. O valor da CIDE de julho de 2001, corrigido pelo IGP-DI da FGV, seria, hoje, de R$ 0,7434 por litro, e o de abril de 2008, de R$ 0,4013, valores mais que suficientes, juntamente ao preço de mercado da gasolina, para mudar completamente a realidade de remuneração, estímulo a inovação e investimentos no setor do etanol. Uma medida parcial do prejuízo acumulado pelos produtores é dada pela simples comparação entre o preço da gasolina importada e o preço do etanol anidro no mercado de São Paulo, que poderia estar substituindo completamente essa importação. Isto é, caso os produtores tivessem recebido pelo etanol anidro misturado à gasolina o mesmo valor despendido com a gasolina importada, eles teriam, nos últimos dois anos – entre março de 2012 e março de 2014, segundo cálculos da DATAGRO –, auferido uma renda R$ 5,45 bilhões superior à efetivamente registrada.

No setor de eletricidade, os leilões por modicidade colocaram em bases iguais fontes de energia diferenciadas por um longo tempo. Tempo suficiente para estancar os investimentos em energia de biomassa por meio de bagaço e palha de cana. Em 2013, a energia elétrica de cana colocou no sistema interligado apenas 1,72 GW médio de potência, enquanto, apenas com o bagaço de cana existente, o potencial era de 7,81 GW. Após a fraca chuva de verão de 2014, o estimado déficit de energia é, hoje, de 3,2 GW; seria facilmente coberto apenas com a geração de



SHUTTERSTOCK

eletricidade da cana, caso investimentos tivessem sido realizados. Em 2020, o potencial de cogeração apenas com bagaço será de 10,44 GW e, incluindo 50% da palha, de 15,66 GW. Se for considerada também a energia adicional que poderá advir da biodigestão dos resíduos da cana, este potencial chega a 20,88 GW. Todos esses números são consideráveis para um país que tem consumo médio próximo a 65 GW, ainda mais considerando que a cogeração a partir de resíduos da cana ocorre na região Centro-Sul, onde mais de 90% da cana são produzidos, nos meses de inverno quando há menor disponibilidade de água nas represas responsáveis pela geração hidroelétrica. Estima-se que cada 1 GW de potência instalada em cogeração de resíduos de cana economize até 4% da água nas represas da região Sul-Sudeste. No momento em que é aflitiva a situação dos reservatórios de água, faz muita falta essa energia potencial não aproveitada.

Enquanto persistem as políticas públicas que trouxeram tantas distorções e perda de oportunidade, o consumo não para de crescer. O consumo de combustíveis do ciclo Otto – gasolina mais etanol – cresceu 5,03% ao ano entre 2000 e 2013. No primeiro trimestre de 2014, o consumo cresceu impressionantes 10,9% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior. Este crescimento, entretanto, ocorre, principalmente, na direção da gasolina e, mais recentemente, na sua importação, embora a produção interna tenha crescido de 18,58 para 28,61 bilhões de litros entre 2000 e 2013.

O crescimento do consumo de gasolina ocorre ao mesmo tempo em que aumenta a participação da frota *flex* – que pode consumir gasolina ou etanol hidratado – na frota total. Em dezembro de 2013, a frota *flex* representava 63,1% da frota leve total, enquanto a frota movida exclusivamente a gasolina representava 34,3% e a frota a etanol, 2,6%. No ritmo atual de vendas, em 2020, a frota *flex* vai representar 85,2% da frota total e, em 2024, 92,5%. Isso significa que existe uma demanda potencial por etanol muito grande, caso condições propícias de competitividade sejam enxergadas pelos consumidores.



SHUTTERSTOCK

Nos próximos seis anos, até 2020, é esperado que o consumo de combustíveis do ciclo Otto passe dos 49 bilhões de litros registrados em 2013 para 67,5 bilhões de litros. Em 2013, o consumo de etanol (anidro mais hidratado) foi de 23,4 bilhões de litros – 10,9 bilhões de litros de anidro misturados a gasolina e 12,5 bilhões de litros de etanol hidratado. Em gasolina equivalente, o consumo de etanol de 2013 foi de 19,65 bilhões de litros.

Conservadoramente, caso 20% da frota *flex* utilizem etanol hidratado em 2020, o consumo total de etanol chegará a 32,8 bilhões de litros, um volume difícil de se materializar em apenas um ciclo de cultivo de cana. No entanto, nesse cenário, mantida a produção atual de gasolina, seria necessário a importação de 11,5 bilhões de litros de gasolina, que, a preços de 2014, iriam custar ao País US$ 9,24 bilhões por ano. Para um cenário de 30% da frota *flex* usando etanol em 2020, o consumo de etanol alcançaria 40,75 bilhões de litros e a importação de gasolina seria de 6,5 bilhões de litros por ano, custando US$ 5,22 bilhões por ano.

As distorções das atuais políticas para combustíveis e energia elétrica são muito graves e causam prejuízos não somente aos agentes econômicos diretamente envolvidos, mas a toda população. Por esse motivo, espera-se que, passado o período eleitoral, correções sejam implementadas para reduzi-las pelo menos parcialmente.

Se isso acontecer, ficará claro que o setor da cana, açúcar e etanol é novamente a solução para resolver a dependência por importação de gasolina e pode ser uma das poucas soluções em tempo para aumentar a oferta de eletricidade – ambos elementos fundamentais para a continuidade do desenvolvimento de nossa economia. ■

*Presidente da DATAGRO; foi professor de Micro e Macroeconomia da EAESP-FGV; foi presidente do Conselho da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA); e participou como membro dos grupos técnicos da Comissão Nacional de Energia e da Comissão para o Reexame da Matriz Energética



BAYER

Se é Bayer, é bom



"A **Bayer CropScience** apoia o desenvolvimento sustentável da agricultura, por meio de ações e projetos que contribuem para a preservação do meio ambiente e promovem a atitude responsável na cadeia produtiva. Recentemente, com o apoio de parceiros, recompomos uma área no interior de São Paulo, através do plantio de aproximadamente 500 mudas."





Funcionários da unidade de Rondonópolis-MT durante prensagem das embalagens vazias de defensivos agrícolas

Os fundamentos do Sistema Campo Limpo

Base sólida para a excelência

Lei própria, integração de elos, educação e gestão dos processos e da informação são as bases que fazem do Sistema Campo Limpo, programa de logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas coordenado pelo inpEV, uma referência mundial.

Nenhum país do mundo dá a destinação correta a embalagens vazias de defensivos agrícolas melhor do que o Brasil. Canadá, Estados Unidos, Alemanha e França, que contam com programas próprios e experiência no assunto, veem o caso brasileiro como um exemplo a ser seguido. Afinal, 94% das embalagens plásticas primárias (aquelas que entram em contato direto com o produto) são devolvidas pelos agricultores brasileiros e encaminhadas ao destino final pela indústria, com o apoio dos canais de venda e do Governo.

Essa liderança internacional – e nacional, pois outros setores não conseguem fazer o mesmo – é um fato já conhecido e admirado. O que muitas pessoas não sabem é o porquê de a logística reversa desse material dar tão certo no Brasil. O êxito tem um nome: Sistema Campo Limpo, programa gerenciado pelo inpEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias), que já destinou mais de 290 mil toneladas de embalagens vazias desde 2002, quando entrou em funcionamento.

Para entender como a iniciativa, presente em todas as regiões brasileiras, consegue dar conta, ano após ano, do crescimento da produtividade agrícola e da utilização de defensivos agrícolas no campo, é preciso conhecer o trabalho de coordenação e os esforços continuados por trás dos números do sistema. Para se ter uma ideia, o SCL mobiliza mais de 400 unidades de recebimento e movimenta mais de 11.000 veículos de transporte ao ano.

Legislação própria

O principal diferencial do Sistema Campo Limpo é o fato de ele ser sustentado por bases muito firmes, a começar pela Lei federal nº 9.974/00, promulgada em junho de 2000 e regulamentada em 2002, que atribuiu responsabilidades a agricultores, fabricantes, canais de distribuição e poder público.

A responsabilidade compartilhada, pioneira ainda nos dias de hoje, foi a solução encontrada para que a logística reversa se concretizasse. A indústria fabricante criou o inpEV, para gerenciar o sistema de logística reversa das embalagens vazias e promover a integração dos elos da cadeia. Com todos participando e dando sua parcela de contribuição, a quase totalidade das embalagens vazias segue efetivamente para a destinação final ambientalmente correta, sem que ela seja abandonada no ambiente ou descartada em aterros e lixões.

Em 1999, por exemplo, 50% das embalagens vazias eram doadas ou vendidas sem qualquer controle e 25% tinham como destino a queima a céu aberto, segundo dados da Andef (Associação Nacional de Defesa Vegetal).

Integração de todos

Hoje, o descarte incorreto não acontece em grande parte por causa de outro pilar: a integração. Já na década de 1980, diversos representantes da cadeia agrícola demonstravam o interesse por soluções adequadas, o que culminaria na elaboração da Lei nº 9.974/00.

Desde então, e cada vez mais, os elos do sistema fortalecem-se, porque todos cumprem a sua parte, compartilham experiências e atuam de forma coordenada. Prova disso são os volumes crescentes de embalagens vazias geridas pelo SCL, que atingiram 40.404 toneladas em 2013, resultado 8% maior do que o do ano anterior.

O inpEV investe também no planejamento e na execução dos recebimentos itinerantes para atender os pequenos produtores, dedicados à agricultura familiar. Com esse atendimento, eles não precisam percorrer grandes distâncias ou enfrentar outros obstáculos para devolver suas embalagens vazias.

Nesse sentido, um novo modelo colocado à prova com êxito durante três ações-piloto realizadas em 2013, nas regiões de Catuti e Mato Verde, no norte de Minas Gerais, e em Acrelândia, no Acre, será expandido para todo o Brasil.



Fundamentos do Sistema Campo Limpo



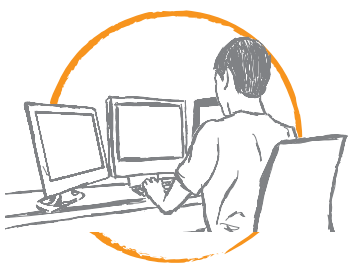
Lei:
determina o compartilhamento de responsabilidades



Integração:
todos os elos da cadeia desde o início do Sistema



Educação e conscientização:
investimentos contínuos com foco nos agricultores e nas futuras gerações



Gestão de processos e informação:
sistemas de informação que orientam a tomada de decisão com foco na eficiência, produtividade, redução de custo e captura de valor

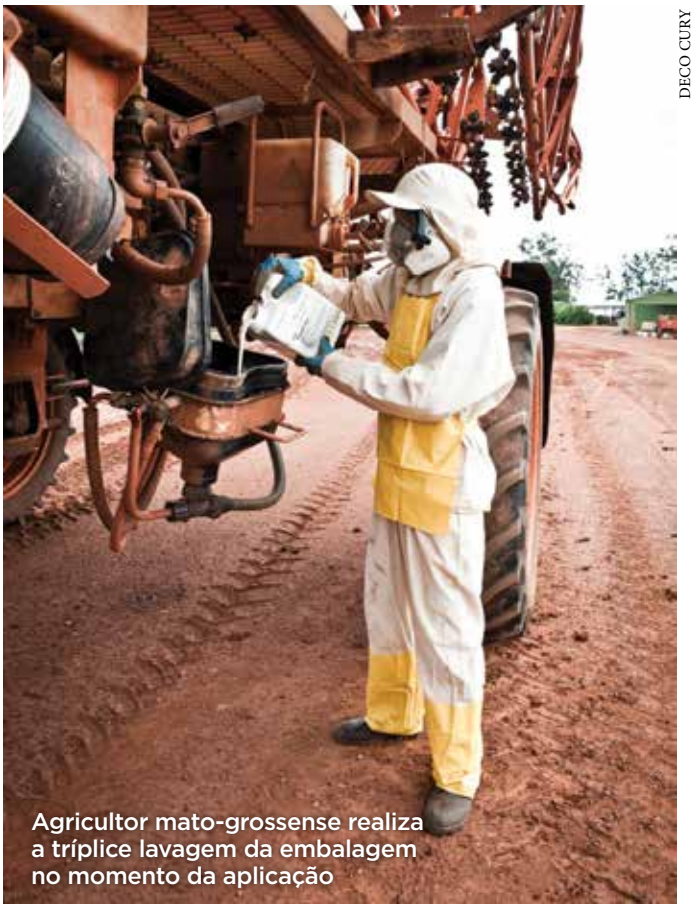
Foco na educação

A conscientização do agricultor em relação à correta realização da lavagem e devolução das embalagens e a educação de milhares de estudantes para a importância da preservação do meio ambiente formam outra base do SCL. Desde 2010, o PEA (Programa de Educação Ambiental), que reflete o comprometimento do inpEV com a qualidade de vida das futuras gerações, apoia instituições de ensino (1.861 escolas em 2013), com o fornecimento de *kits* pedagógicos multidisciplinares, em uma ação conjunta com secretarias municipais de Educação, núcleos de ensino e outros agentes educacionais.

Por sua vez, o módulo de educação a distância (com certificado), oferecido no site do inpEV (www.inpev.org.br), destaca pontos da legislação que regulamenta o descarte de embalagens vazias de produtos fitossanitários, as responsabilidades compartilhadas do SCL e o trabalho realizado nas unidades de recebimento, além dos cuidados para o destino final dos materiais (reciclagem ou incineração), entre outras informações.

Já o Dia Nacional do Campo Limpo, celebrado em 18 de agosto, divulga e celebra as conquistas do sistema, reforça sua importância e integra comunidades, escolas, agricultores, distribuidores, indústrias e autoridades. Em 2013, mais de 63 mil pessoas e 112 unidades de recebimento participaram da data comemorativa.

As ações incluem, ainda, o diálogo multissetorial, com a participação em debates sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), discussões sobre sistemas de logística reversa, além do monitoramento de temas que possam impactar as atividades do SCL.



DECO CURY

Agricultor mato-grossense realiza a tríplice lavagem da embalagem no momento da aplicação



Gestão de processos e informação

Sistemas de informação que orientam a tomada de decisão com foco na eficiência, produtividade, redução de custo e captura de valor.



Sistema de Informações das Centrais (SIC)

Fornece, em tempo real, a quantidade e o tipo de material movimentado até o dia anterior, em diversos agrupamentos.

Agendamento de Devolução de Embalagens Vazias

Nova opção on-line para os agricultores devolverem as embalagens vazias

Sistema de Logística

Possibilita o gerenciamento do valor do frete praticado pelo inpEV

Sistema de Rateio

Facilita o cálculo do rateio dos custos do SCL entre associadas

Novos sistemas em desenvolvimento

Gestão da informação

A atuação nacional, a coordenação de mais de 400 unidades de recebimento e a manutenção de toda a infraestrutura do SCL não seriam possíveis sem uma eficiente gestão de processos e da informação. O inpEV utiliza sistemas de informação robustos que permitem não apenas o gerenciamento da logística reversa de embalagens vazias, mas também o ganho continuado de eficiência.

Entre os recursos em uso, destacam-se o SIC (Sistema de Informação das Centrais), que fornece, em tempo real, a quantidade e o tipo de material movimentado até o dia anterior, em diversos agrupamentos; o Sistema de Logística (módulo do SIC que permite o gerenciamento do valor do frete praticado pelo inpEV e que tem como base o valor praticado pelas associadas); o Sistema de Rateio, para facilitar o cálculo do rateio dos custos do SCL entre as associadas; e o Agendamento de Devolução de Embalagens Vazias, nova opção *on-line* para os agricultores agendarem e devolverem as embalagens vazias aos pontos de coleta.

Todas as inovações, aprimoramentos de processos e investimentos revertem-se em resultados e conquistas marcantes. O sistema também dá uma importante contribuição para o meio ambiente, evitando a emissão de 394 mil toneladas de CO_2 e (gás carbônico equivalente) entre 2002 e 2013.

Atualmente, o Sistema Campo Limpo gera mais de 40% de seus custos, graças a iniciativas voltadas à autossustentabilidade, que visam à autossuficiência econômica do Sistema, como a oferta de produtos diferenciados à própria indústria, fechando o ciclo da logística reversa. Um exemplo é a embalagem Ecoplástica Triex, produzida pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos.

São resultados como esses que comprovam a capacidade do instituto de se adaptar e de trilhar novos caminhos que levem à solução de desafios no futuro.

O inpEV

Em conjunto, os quatro pilares discutidos fazem o inpEV ser o que é hoje: o coordenador eficiente do SCL. Entidade sem fins lucrativos criada pela indústria fabricante para realizar a gestão pós-consumo das embalagens vazias de seus produtos de acordo com a Lei nº 9.974/00 e o Decreto Federal nº 4.074/2002, o instituto, fundado em 14 de dezembro de 2001, conta, hoje, com mais de noventa empresas e dez entidades em seu quadro associativo. ■



1ª Reunião CANAPLAN 2014

AVALIAÇÃO DA SAFRA CANAVIEIRA 2014/15

Equipe técnica: Ciro Sitta, Eduardo Pereira, Fernando Carvalho, Julio Marcos Campanhão, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Nilceu Piffer Cardozo e Ricardo Inojosa Costa

A CANAPLAN realiza duas Reuniões anuais – uma em cada semestre – para avaliar a safra canavieira do ponto de vista técnico e econômico. Com o apoio institucional da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), o encontro atrai a participação dos profissionais envolvidos com a cadeia produtiva sucroenergética. O setor vive momento muito delicado, com a exigência de análises criteriosas, baseadas em informações requintadas e selecionadas, para fundamentar as tomadas de decisões com base na construção de cenários consistentes. A longa estiagem ocorrida no último verão trouxe mais dificuldades para a produção e o esmagamento da matéria-prima durante o ano. Com as projeções apontando queda para a colheita da safra 2014/15, aumentam as preocupações dos empresários, executivos e técnicos.

Painel 1: Safra, avaliação e projeções 2014/15

Luiz Carlos Corrêa Carvalho*



A abertura da Reunião CANAPLAN procurou definir os pontos essenciais da análise a ser apresentada e foi dividida em dois tópicos:

a) O clima e seu peso relevante sobre a oferta de cana, tendo, no verão de 2014, a limitação de severa seca; e

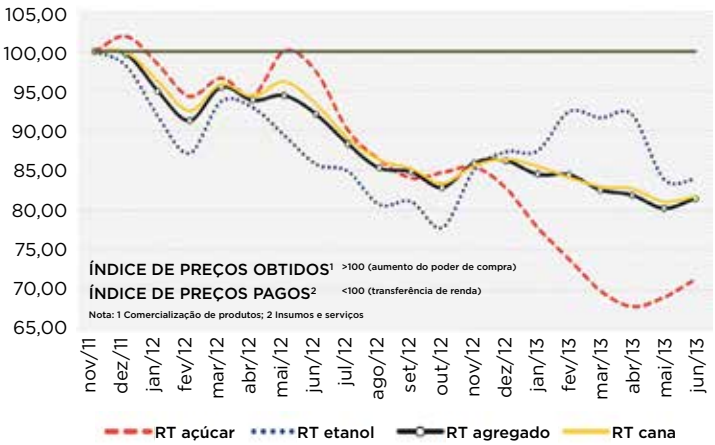
b) O processo produtivo e as influências do ambiente político-econômico, da tecnologia utilizada e da gestão na produção.

Com relação ao ano de 2014, a análise apresentou as perspectivas do desequilíbrio econômico e do baixo crescimento do Brasil.

Fez-se, também, uma análise do número de unidades fechadas (cerca de cinquenta e oito usinas pós-crise de 2008) e se caracterizou a falta de margens e a perda do poder de compra do setor sucroenergético, tendo-se, como exemplo, o estado de São Paulo (Figura 1).

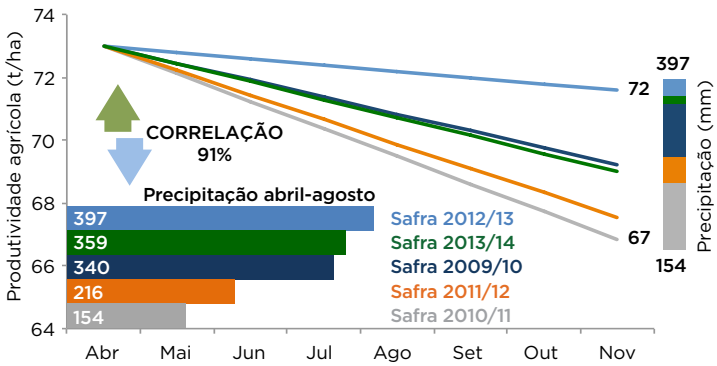
Em síntese, caracterizou-se o setor sucroenergético, na safra 2014/15, com um diagnóstico de endividamento crescente, dificuldade de acesso ao crédito, pressão de custos, seca, tratos culturais abaixo do normal, envelhecimento do canavial e menor desenvolvimento dos canaviais. Isso levaria a uma baixa produtividade

FIGURA 1 – RELAÇÕES DE TROCA DO SETOR SUCROALCOOLEIRO – ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: PECEGE, ESALQ/USP – setembro de 2013

FIGURA 2 – CORRELAÇÃO DA QUEDA DE PRODUTIVIDADE DAS SAFRAS COM A PRECIPITAÇÃO DE ABRIL-AGOSTO, NA REGIÃO CENTRO-SUL



Fonte: CANAPLAN

agroindustrial, agravada pela menor renovação do canavial e pela realidade do fechamento de novas unidades industriais.

No que diz respeito ao clima, foram apresentados *slides* que caracterizam a gravidade da seca comentada (conferir na Figura 3).

PROJEÇÕES – PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA

Com base no potencial de produção da chamada cana planta de dezoito meses e da cana de doze meses e soqueiras, trabalhou-se a lógica da projeção da produtividade agrícola via modelo em uso na CANAPLAN, como se pode observar na Figura 4.

As projeções foram checadas com outro modelo, que levou em consideração as produtividades reais das últimas safras e as tendências até o final da safra 2014/15 com base em possibilidade de chuvas do período abril-agosto (91% de correlação), gerando uma faixa de produtividade agrícola possível que varia entre 68 e 72 toneladas de cana por hectare (Figura 2).

Por meio do mesmo modelo citado e utilizado pela CANAPLAN, fez-se a projeção da faixa de qualidade esperada da matéria-prima, levando-se em consideração o baixo teor de florescimento e a faixa de 130 kg a 141 kg de ATR/t de cana, com média de 136 kg.

PROJEÇÕES FINAIS

A mínima evolução da área canavieira (+0,5%) está abaixo da área para colheita (+3,8%), face à menor renovação da área e à cana-bis para 2014, o que envelheceu o canavial. Dessa forma, apresentaram-se as projeções da CANAPLAN para a safra 2014/15 (conferir Tabela 1, na página seguinte).

** Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)*

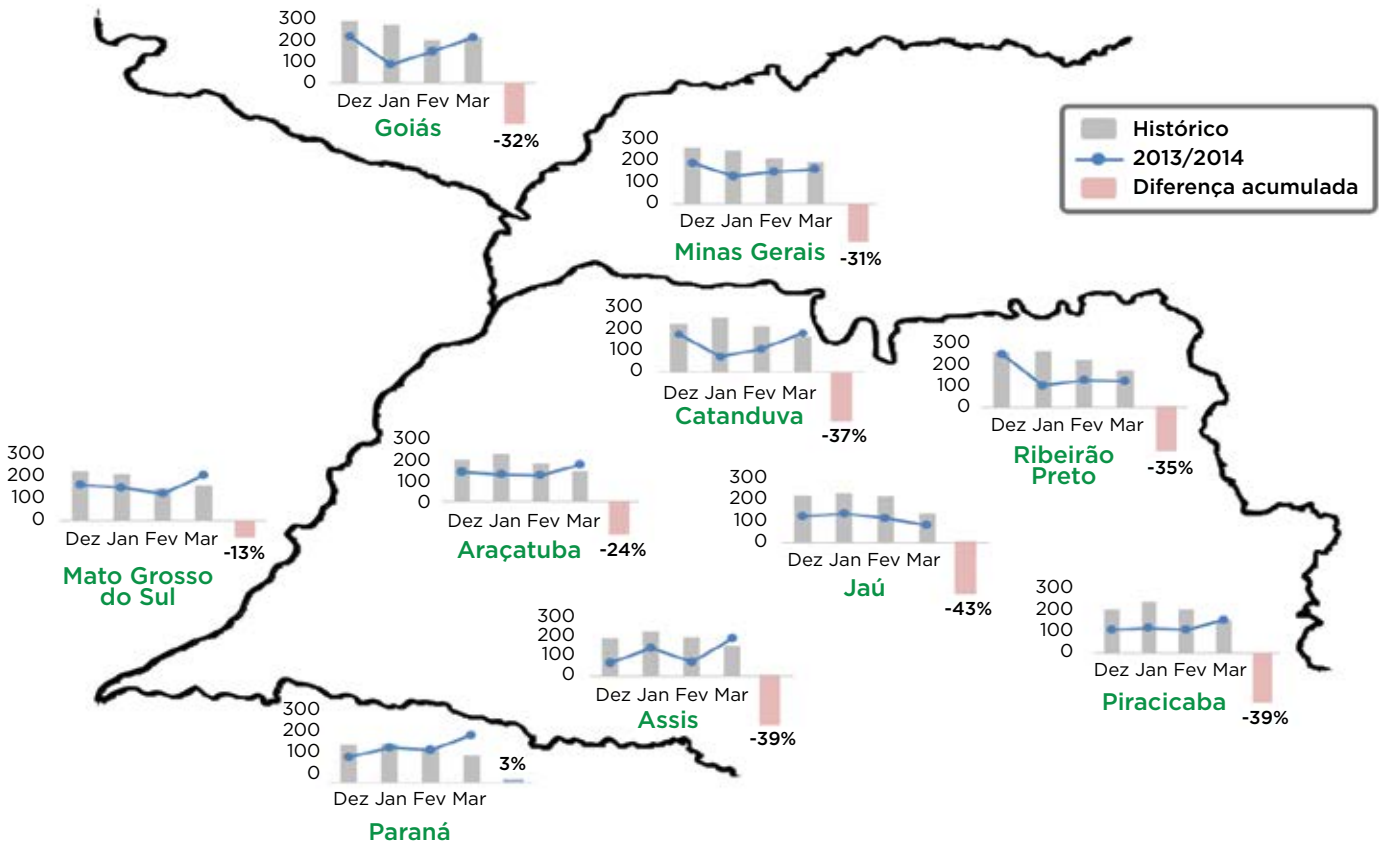
Debate a apresentações

Tendo como fundamento as colocações apresentadas no Painel 1, houve, a seguir, uma análise coletiva entre os profissionais de larga experiência no setor sucroenergético da região Centro-Sul, que trouxerem as suas visões mais técnicas e localizadas sobre a conjuntura da safra 2014/15. Fizeram parte deste seleto grupo: Antonio Alberto Stuchi (Raízen), Agnaldo Rigolin (BP Biocombustíveis), Marcelo Tenório de Freitas (Alto Alegre), José Olavo Vendramini (Açúcar Guarani), Mario Ortiz Gandini (Grupo São Matinho), Paulo de Araújo Rodrigues (Condomínio Agrícola Santa Izabel) e Paulo Roberto Artioli (Tecnocana).

A estiagem fora de época e o calor excessivo, com recordes diários de temperatura neste ano, foram o tom maior das explanações, com repercussões negativas nas produtividades dos canaviais. A planta deveria estar pronta para ser colhida, porém, devido ao atraso no crescimento, está pequena para o corte. Por sua vez, como o desenvolvimento das canas colhidas no final do ano passado foi pequeno, há incertezas quanto à colheita destes canaviais na safra 2014/15. As usinas tiveram de rever seus planos de negócios, com projeções menores do que as realizadas inicialmente.

O comportamento climático ao longo da temporada será o fator ponderável para o cenário produtivo da safra. O programa de colheita começa com um ritmo de moagem inferior ao normal. Uma melhora nas condições hídricas do solo sempre proporciona uma retomada das atividades de plantio. As previsões desfavoráveis são reforçadas pelo fato de boa parte das indústrias do setor amargar uma crise financeira profunda e contínua, com índice de endividamento alto e de curto prazo.

FIGURA 3 – PRECIPITAÇÃO (MM) – REGIÃO CENTRO-SUL – VERÃO 2014 X HISTÓRICO



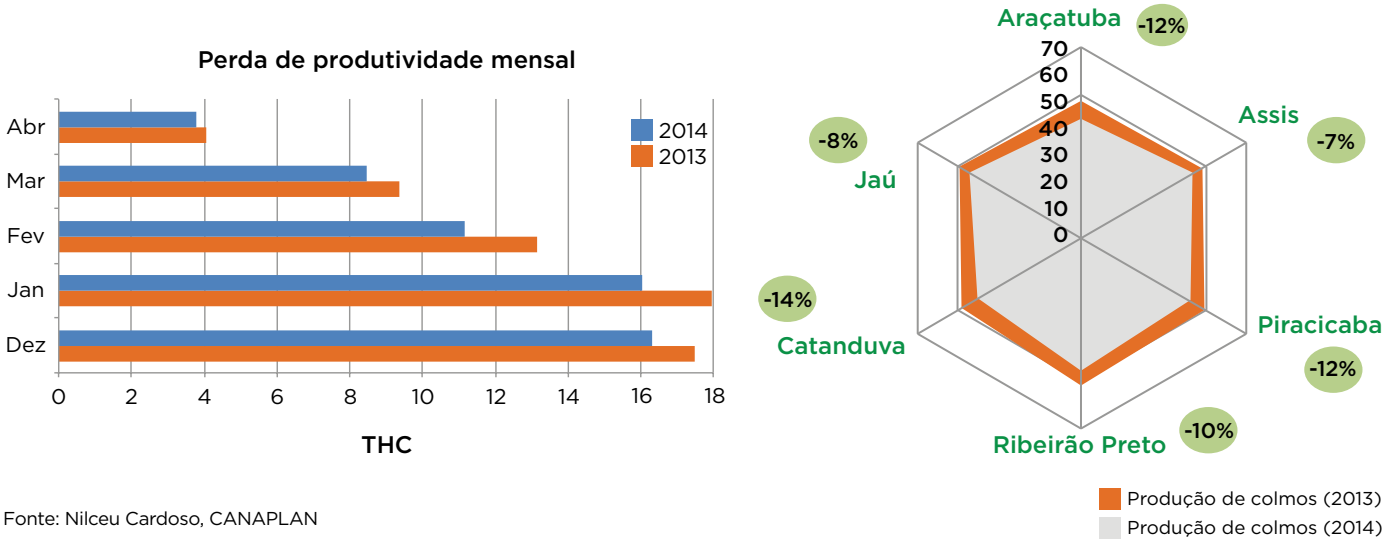
Fonte: CANAPLAN

TABELA 1 – ESTIMATIVA CANAPLAN: SAFRA 2014/15

ESTIMATIVAS		Seco	Base	Úmido
INDICADORES				
Produtividade	toneladas/hectare	68	70	72
ATR	quilos por tonelada de cana	140	136	132
Área	milhões de hectares	7,75		
SAFRA				
Disponível	milhões de toneladas de cana	525	540	555
Processada	milhões de toneladas de cana	–	–	–
Bis	milhões de toneladas de cana	–	–	–
PRODUÇÃO				
Disponível	milhões de toneladas de ATR	73,5	73,5	73,5
Processada	milhões de toneladas de ATR	–	–	–
Bis	milhões de toneladas de ATR	–	–	–
PRODUTOS				
Mix	% da produção destinados a açúcar		45,2%*	
Açúcar	milhões de toneladas – VHP equivalente		31,8	
Etanol	milhões de metros cúbicos		23,7	

* *Mix* da Safra 2013/14
Fonte: CANAPLAN

FIGURA 4 – REDUÇÃO DE PRODUTIVIDADE (TCH) – COMPARATIVO SAFRA 2013/14 X SAFRA 2014/15 – ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: Nilceu Cardoso, CANAPLAN

Painel 2: Tecnologia essencial

A fase de contratempos, com reversão de crescimento, enfrentada pelo setor sucroenergético desde 2008, retrata, na verdade, uma combinação de diversos fatores negativos. Houve uma mudança radical e abrupta no contexto empresarial.

Nessa situação econômica difícil, as estratégias de inovação começam a ser debatidas e colocadas em prática no campo. Apesar de a atividade estar longe de um período de rentabilidade e boas margens, as inciativas a favor dos ganhos em produtividade são bem-vindas e necessárias. Os investimentos em tecnologia, com a consequente redução dos custos médios de produção, ajudam a amenizar os problemas financeiros das empresas.

Para Leonardo Pereira, da Syngenta, a cana-de-açúcar vive uma nova realidade, em que o conceito predominante é o de reduzir o custo por unidade produzida. Nos anos 80, o enfoque era diminuir o custo por hectare. Agora, há o processo de mecanização, a agricultura de precisão, o uso de variedades específicas e maior rigor ambiental. Mesmo assim, os ganhos de produtividade não vêm acontecendo. Sob a ótica de Elidon Pinhati, da ANTONIOSI, a proposta passa pela agregação de tecnologia, nesse caso, de promover e desenvolver o conceito de preparo de solo profundo. Essa técnica é utilizada há vários anos e amplamente em outras culturas (café, laranja, florestas). Cabe, agora, aplicá-la nos canaviais.

Carulina Oliveira, da BASF, cita o fato de que o conhecimento amplia a cada inovação trabalhada para maior longevidade do canavial. As soluções integradas envolvem o controle de pragas e ervas daninhas e a formação de viveiros e canaviais produtivos. Com isso, há aumento da biomassa e geração de etanol e bioenergia para mover o mundo de forma sustentável. Paulo Donadoni, da Bayer, ressaltou o compromisso de se estar sempre mais próximo dos importantes elos da cadeia sucroenergética, de modo a mostrar suas soluções voltadas para o manejo dos principais problemas que podem comprometer a produtividade dos canaviais. A Bayer vem atuando nisso com vários produtos, nas diversas fases de produção.

Jedir Fiorelli, da DuPont, falou sobre a importância de se estabelecer parcerias com os agricultores brasileiros para o desenvolvimento de soluções eficientes que protegem a plantação de cana-de-açúcar. Herbicidas, inseticidas, fungicidas e maturadores de alto desempenho atuam no controle de doenças, pragas e plantas daninhas que prejudicam a plantação, além de contribuírem para o acúmulo de açúcares nas plantas. Roberto Puzzo, da FMC, mostrou aposta futura na solução biológica, com aplicação de inoculantes altamente concentrados, o que cria um biofilme ao redor da raiz, aumentando a proteção e a sanidade da planta, como uma barreira viva que cresce com o sistema radicular.

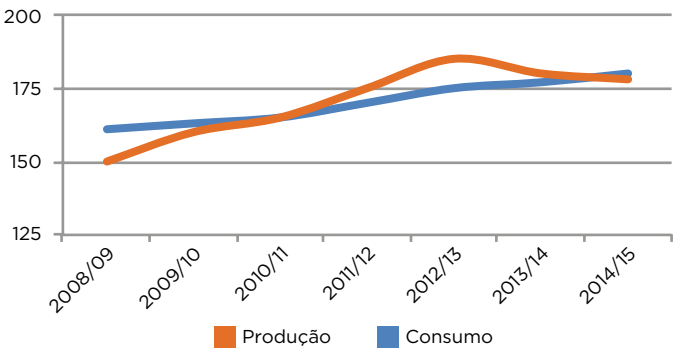
Leonardo Pires Ramos, da GAtec, discorreu sobre os benefícios da tecnologia de informação para as organizações, citando como exemplo ferramentas para o controle de custos. Este instrumento traz resultados concretos e simplifica a tomada de decisões. Caroline Serrano, da John Deere, apresentou o funcionamento do simulador para treinamento dos operadores das colhedoras de cana-de-açúcar. Com a nova tecnologia, a empresa acredita em redução do tempo de aprendizado e operadores mais capacitados, o que impacta diretamente em maiores rendimentos e menores custos.

Painel 3: Economia setorial e mercados

O técnico da LMC International Gareth Forber palestrou sobre as perspectivas do mercado global de açúcar em 2014. Na sua explicação, o balanço mundial do produto apresenta superávit pela quarta vez consecutiva. O principal motivo deste excedente consiste na expansão da oferta na Tailândia, América Central e Índia, além da redução de importações da China.

Para a safra internacional açucareira de 2014/15, espera-se redução da oferta brasileira, assim como o risco da ocorrência do fenômeno climático El Niño na Ásia, com consequente redução na produção. Se esse quadro se realizar, poderá haver reversão na conjuntura atual, com déficit de açúcar na safra 2014/15. Essa perspectiva poderá alterar a lógica dos preços no final de 2014.

FIGURA 5 – MUNDO: PRODUÇÃO E DEMANDA DE AÇÚCAR (MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: LMC Internacional

Alexandre Figliolino*

A safra de 2013/14, finalizada em março último, mostra um endividamento crescente no setor sucroalcooleiro, ao passar para R$ 42,42 bilhões, cerca de 8% a mais do que a anterior, de R$ 39,26 bilhões. Face ao crescimento da produção da cana-de-açúcar, a dívida por tonelada teve um leve rebaixamento, de R$ 104 para R$ 99. Esse levantamento é feito pelo Itaú BBA, a partir de informações coletadas junto a sessenta e cinco grupos com capacidade para processar 429 milhões de toneladas por temporada, o correspondente a 72% da capacidade de moagem da região Centro-Sul do País.

O ritmo que vem ditando o aumento da alavancagem é acentuadamente mais veloz do que aquele que rege o crescimento da produção, ilustrando um cenário muito preocupante. Quando se toma como referência o ano de 2003, assistimos ao endividamento multiplicar dezenove vezes, enquanto a produção pouco mais do que dobrou.

Na amostra avaliada, apenas doze grupos, dos sessenta e cinco, ocupam uma posição tida como favorável, ou seja, com adequada relação entre o montante das operações e o grau de alavancagem. Cerca de trinta e cinco grupos encontram-se em uma situação intermediária, que apresenta oportunidade de melhoria. Porém, para os restantes dezoito grupos, a situação é delicada, não indicando possibilidade de retorno, ao menos que passem por operações de fusão/aquisição. Estamos no princípio da safra 2014/15, porém as perspectivas não são animadoras. A curva de custos continua a subir em 18%, os salários ficam mais onerosos e a colheita será menor. Além disso, a expectativa de o Governo alterar o modelo da administração dos preços dos combustíveis posterga-se para o pós-eleições do segundo semestre.

Assistimos a um terço da amostra cada vez mais no vermelho do ponto de vista financeiro. Ele é responsável por uma parcela considerável da capacidade de produção, de 200 milhões de toneladas de cana, correspondentes a duas colheitas anuais da Tailândia. Essas usinas enfrentam dificuldades para quitar seus credores, e os canaviais não recebem os tratos culturais adequados.

Nessa conjuntura de crise, o cenário pode tomar novo contorno, com a realização de operações de compra e venda de usinas, cujo número de operações registradas foi de apenas quatro nos últimos dois anos. Podemos estar em ponto de inflexão e não devemos descartar que essa hipótese volte a se tornar corriqueira.

** Diretor do Itaú BBA*

Tarcilo Ricardo Rodrigues*

Mesmo com o esforço das usinas de etanol para novamente atrair o consumidor brasileiro, a demanda doméstica permanecerá muito aquém do potencial. O mercado de combustíveis no País crescerá neste ano e no próximo, mas este avanço decorrerá do maior uso de gasolina, que deverá voltar a crescer. Neste biênio, a demanda por etanol hidratado (utilizado diretamente no tanque dos veículos) ficará abaixo do volume previamente registrado. É uma quantidade ainda muito distante do pico de 2009/10, quando a demanda alcançou o recorde de 15,6 bilhões de litros.

Nas bombas, os valores do hidratado estão economicamente limitados a 70% da cotação da gasolina para manter sua competitividade. Além disso, há o controle de preços do combustível fóssil exercido pelo Governo. O processo de deterioração é evidente, uma vez que, há pelo menos três anos, as usinas não investem na construção de unidades de etanol. Nessa perspec-

tiva, o País fica sem condições para aumentar a oferta pelo menos até 2016. Na hora de escolher o volume de cana que será direcionado para a fabricação de açúcar ou etanol, as usinas optam pelo mais rentável.

Diante da seca do início de ano, a oferta de matéria-prima ficou reduzida. No entanto, há um mercado potencialmente maior, pois a frota de veículos *flex fuel*, em 2013, cresceu 2,8 milhões de unidades. A tendência é que os preços do biocombustível ao consumidor fiquem próximos da paridade de 70% com a gasolina. Isso é um fator de restrição para o aumento da demanda, uma vez que os consumidores "cobram" uma diferença maior.

Existe uma limitação da capacidade interna de refino de gasolina no País, além da margem negativa que recai sobre a Petrobras com a importação do combustível. Porém, é este derivado de petróleo o responsável pela cobertura da explosão da demanda por combustíveis ocorrida nos últimos anos no Brasil, sobretudo proporcionada pelo aumento da renda da população.

Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), entre as safras 2009/10 e 2013/14, o consumo de gasolina no País cresceu 56%, de 26,8 bilhões para 41,8 bilhões de litros. Em 2014/15, os proprietários de carros *flex* devem comprar 2 bilhões de litros adicionais de combustíveis (alta de 4%). A grande totalidade será mesmo atendida, mais uma vez, pela gasolina. Há poucas chances desses números mudarem.

TABELA 2 – BRASIL: DEMANDA DE COMBUSTÍVEL (EM METROS CÚBICOS)

Produto	2013	2014	2015
Etanol anidro	10.476	11.496	12.470
Etano hidratado	13.232	11.744	10.046
Total	23.708	23.240	22.516
Gasolina C	**42.360**	**45.982**	**49.881**

Fonte: Bioagência, a partir de dados da ANP

Em primeiro lugar, a remuneração do hidratado precisa ficar, durante toda a safra, maior do que a do açúcar de exportação. Com isso, as usinas poderão optar pela fabricação de mais hidratado em detrimento do açúcar. Outra premissa para inverter o cenário baixista para o consumo do biocombustível seria um reajuste da gasolina, que, em termos absolutos, elevaria o "teto" para os preços do etanol. A defasagem no preço da gasolina em relação às cotações internacionais aproxima-se da ordem de 20%. Caso uma parte disto fosse repassada ao preço na refinaria, geraria estímulo à produção de hidratado. ■

** Diretor da Bioagência*



SHUTTERSTOCK

Educação

O CAMPO FAZ O DEVER DE CASA

Eduardo Daher*

ESTUDOS JÁ clássicos atestaram para como a decisão de nações investirem em políticas estruturais de Educação elevou-as ao patamar de desenvolvimento pleno. História emblemática é a da Coreia do Sul: entre outros fatores que a tornaram uma das nações mais desenvolvidas do mundo – 13ª maior economia; com alto avanço tecnológico; líder na indústria de construção naval e um dos principais em eletroeletrônicos; além de exibir o 12º maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo –, foram decisivos os investimentos em Educação. Os coreanos aportam no ensino, há décadas, a média de 5% do PIB, cerca de US$ 80 bilhões, em 2011.

Embora a economia brasileira venha sofrendo recentes reveses, é inegável que o País desfruta de vantagens comparativas que, se convertidas em fatores de competitividade, podem acenar um futuro de desenvolvimento sustentado. Um dos desafios cruciais é justamente a Educação.

A urgência em superar este desafio vem mobilizando diversos atores e especialistas em diversas áreas do conhecimento, de instituições públicas à iniciativa privada, passando por Organizações Não Governamentais (ONGs), como o movimento Todos Pela Educação. Em comum, todos buscam a articulação de diferentes setores da sociedade para fomentar a compreensão mais ampla da Educação como agenda estratégica para o desenvolvimento sustentável.

Segundo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 2011, o Brasil ocupava a 88ª posição, entre 127 nações. Apesar da melhora verificada entre 1999 e 2007, o índice de repetência no Ensino Fundamental, de 18,7%, é o pior da América Latina e muito acima da média mundial, 2,9%.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de brasileiros analfabetos é de 9,9% – ou seja, um em cada dez brasileiros com mais de quinze anos de idade. Está-se falando de 14,1 milhões de brasileiros sem o mínimo de instrução escolar. Se a Educação constitui-se num gigantesco desafio a ser superado, há barreiras históricas ainda mais candentes no meio rural. A maior população de analfabetos está nas cidades do interior do País, segundo dados do IBGE. O índice alcança 23,3%, mais do que o dobro da média do País, 9,9%.

No Brasil, a garantia da educação básica é dever constitucional dos governos municipal e estadual. Ainda assim, a iniciativa privada vem desenvolvendo esforços, com significativos investimentos, no sentido de reduzir o fosso do conhecimento. Por exemplo, empresas do setor de defensivos agrícolas desenvolvem diversos programas de educação e conscientização socioambiental; em 2012, esse conjunto de ações do setor beneficiou 6,1 milhões de agricultores; somados os últimos oito anos, alcançaram-se cerca de 18 milhões de agricultores.

Em recente estudo, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) confirma o impacto da assistência técnica e da extensão rural na renda auferida pelos produtores. Entre as propriedades rurais de perfil de produção médio e grande, agricultores que não recebem cursos de formação, assistência técnica e extensão rural obtêm um valor básico de produção de R$ 232 por hectare. Já aqueles que contam com maior conhecimento, geral e específico, trabalham em área de mesmo tamanho, mas alcançam R$ 996.

Enfim, o maior grau de formação do agricultor quadruplica a renda nas médias e grandes propriedades. Outra boa notícia é que o impacto do conhecimento é semelhante entre os agricultores familiares: o valor da produção por hectare passa de R$ 639 para R$ 2.309. Com melhor renda para os agricultores, certamente, mais alimentos estarão disponíveis nas mesas de todos os brasileiros.

Esses resultados confirmam as conclusões do economista americano Theodore Schultz, que foi contemplado com o Prêmio Nobel e é autor do influente livro "Transformando a agricultura tradicional". O seu raciocínio partia do ponto de vista de que os agricultores familiares dos países subdesenvolvidos eram eficientes, maximizavam o lucro e alocavam os recursos de forma racional. Para ele, o problema estava no seu sistema produtivo, de baixa tecnologia e poucas oportunidades de lucros, com dificuldades para aumentar a renda e ter crescimento econômico. ■

*Economista pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), pós-graduado pela FGV-SP e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

iLPF

A REVOLUÇÃO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL BRASILEIRA

Paulo Herrmann*

A AGRICULTURA moderna exige, cada vez mais, um aumento de produtividade sem a expansão da área plantada. Para desafios como esse, que são necessários para a preservação dos recursos naturais, o Brasil vem apresentando ao mundo uma das técnicas de manejo agrícola mais eficientes já desenvolvidas: a integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF).

A iLPF é uma estratégia de produção sustentável que integra atividades agrícolas, pecuárias e florestais na mesma área em cultivo consorciado, em sucessão ou rotacionado. Um ciclo marcado pela sustentabilidade, que utiliza os recursos naturais de forma planejada e obtém produções recordes.

Assim como a iLP (integração lavoura-pecuária), a iLPF é uma das tecnologias que mais trazem benefícios agronômicos às lavouras, como a recuperação e a manutenção de ambientes produtivos, a diversificação da produção, a redução de custos e riscos e a redução no uso de defensivos, por meio da manutenção de cobertura verde durante a maior parte do ano. O sistema também é um dos principais caminhos para recuperar áreas degradadas, que chegam a 80% do território destinado para esse fim no Brasil. Uma das vantagens de nossa agricultura é o fato de termos capacidade de produzir durante todo o ano, o que aumenta a rentabilidade e a diversificação sem aumentar a área de plantio.

A John Deere busca levar os benefícios do sistema iLPF aos produtores e demais agentes do meio agrícola. Um dos exemplos mais bem-sucedidos é o da Fazenda Santa Brígida, em Ipameri-GO. Em março deste ano, durante um dia de campo, cerca de 700 pessoas – parte delas professores e alunos de mais de vinte instituições de ensino de todo o Brasil – puderam verificar a eficiência do sistema e entender um pouco mais sobre essa tecnologia.

Acreditamos que a inclusão da iLPF no currículo oficial dos cursos relacionados a Agronomia, Zootecnia e Ciências Ambientais é a melhor forma de engajar e preparar os futuros profissionais da área. Precisamos de gente jovem e com a mente aberta para divulgar esse sistema entre os produtores. Para isso, contamos com a ajuda de diversas instituições de ensino, que decidiram formar um grupo para criar e definir os parâmetros e diretrizes do conteúdo voltado a essa tecnologia.

São para projetos como esse que foi criada a Rede de Fomento à Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), uma parceria público-privada formada pela Embrapa, John Deere, Cocamar e Syngenta. A função da Rede de Fomento, além da divulgação da técnica entre os produtores, é estar atenta a outros aspectos ocasionados pelo aumento da produtividade das lavouras – como o crédito rural e um banco de horas mais favorável aos trabalhadores do campo –, uma vez que já não existe motivo para a terra ficar parada.

A Fazenda Santa Brígida é um modelo de produtividade. A propriedade de 922 hectares começou a utilizar o sistema iLPF em 2006, quando apresentava apenas pastagens degradadas. Com o apoio da Embrapa, em parceria com a John Deere e a Universidade Estadual de Goiás (UEG), iniciou um processo de recuperação dessas pastagens por meio de um sistema de consórcio de milho, braquiária e leguminosa. Os resultados impressionam. Da safra de 2006/07 para a safra de 2011/12, a produção de soja aumentou cerca de 20%, enquanto, no milho, o aumento foi ainda mais expressivo: 124% no mesmo período.

Também houve outras evoluções com a adoção da iLPF, como o aumento da taxa de lotação média anual, que quintuplicou na fase de engorda e aumentou em nove vezes na fase de recria; além do aumento da produtividade da carne em 700%; o ganho em peso a pasto no período de inverno por animal; e a diminuição do custo de produção da arroba, quase a metade do das fazendas tradicionais.

Ali, também se produz milho para silagem, sempre consorciado com braquiária, cuja produtividade, nos últimos anos, tem sido sempre acima de 50 toneladas por hectare, ficando, na área, uma pastagem verde, de alta qualidade para alimentação animal durante toda a estação seca do ano. Além disso, hoje, são contabilizadas, na fazenda, 51 mil árvores de eucalipto, que oferecem conforto térmico aos animais, representam uma renda extra para a propriedade e uma enorme contribuição para a mitigação de gases do efeito estufa.

A meta do Ministério da Agricultura é recuperar pelo menos 20 milhões de hectares de terras com sinais de degradação até o ano de 2020, 4 milhões deles por meio do sistema iLPF. Com uma Rede de Fomento fortalecida e a adoção cada vez maior da tecnologia, temos tudo para aumentar a produtividade de nossas lavouras de forma equilibrada e sustentável. Os agricultores brasileiros estão prontos para liderar mais essa revolução na agricultura. ■

*Presidente da John Deere Brasil e presidente da Rede de Fomento à Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF)

Diário de bordo

PLANO DE GOVERNO



Roberto Rodrigues*

O GRUPO Técnico que vem trabalhando no esboço de um plano de governo que será submetido a todas as entidades de classe do agronegócio brasileiro estabeleceu cinco princípios fundamentais que orientarão a proposta. São eles: sustentabilidade, orientação ao mercado, segurança jurídica, competitividade e governança institucional.

No primeiro deles – **sustentabilidade** –, estarão contempladas medidas que observem os três fundamentos universalmente reconhecidos para a questão: o econômico, o social e o ambiental.

No econômico, as propostas indicarão mecanismos de renda para os produtores, especialmente para os pequenos, como o seguro rural, que garantam renda para todos, não apenas quando vitimados por catástrofes climáticas, mas também pelas eventuais perdas ligadas à volatilidade do mercado.

A sustentabilidade social aponta para duas questões importantes: a organização dos pequenos produtores em cooperativas e associações que lhes permitam agregar valor e acessar mercados; e a qualificação de trabalhadores rurais, especialmente tendo em vista a crescente mecanização do campo. Também são demandados incentivos para boas práticas na produção, de modo a preservar os recursos naturais; rápida implementação do CAR; e monitoramento por satélite para orientar a recuperação do solo.

No segundo princípio – **orientação ao mercado** –, é preciso ampliar nossas exportações, até mesmo dado o nosso compromisso com a segurança alimentar mundial. Essa oportunidade é obstaculizada por protecionismo dos países ricos, com mecanismos que inibem o acesso de nossos produtos a novos mercados.

Além de investir na continuação da Rodada de Doha da OMC, o Brasil deve buscar acordos bilaterais com grandes países consumidores ou blocos. E, se não for possível ir junto ao Mercosul, devemos ir sozinhos.

Temos que batalhar pela agregação de valor, com acordos que permitam a verticalização das cadeias produtivas aqui.

O terceiro princípio – **segurança jurídica** – baseia-se na Constituição brasileira, que optou por uma economia de mercado para o desenvolvimento, com forte participação da iniciativa privada no setor produtivo. No campo, essa visão incorpora o respeito ao direito de propriedade, desde que a terra cumpra sua função social. Temos que modernizar marcos legais específicos, como a legislação trabalhista, o Código Florestal, o Estatuto da Terra, a Lei de Crédito Rural, a Lei Agrícola e outras, para estimular investimentos no campo.

O quarto princípio – **competitividade** – complementa o da orientação ao mercado, mas se fixa em questões recorrentes, como a crônica deficiência de infraestrutura e logística para escoamento da produção. Serão apontadas quais as obras fundamentais para o setor.

Entram mais itens complexos, como a tributação, que, além de ser elevada, embute a cumulatividade, a bitributação, as diferenças de ICMS nos estados, e assim por diante.

Tecnologias novas serão fundamentais, inclusive quanto à polêmica em torno das mudanças climáticas.

Defesa sanitária é um calcanhar de aquiles do nosso agro. Barrar a entrada de pragas e doenças no País e eliminar as já existentes, como a aftosa, é preliminar para garantir competitividade.

Por fim, o quinto princípio – **governança institucional** – parte da constatação de que, diferentemente do que ocorre no mundo desenvolvido, o Brasil tem quatro ministérios que lidam diretamente com o agro: MAPA, MDA, MME e MMA, sem falar em outros que interferem indiretamente, como o dos Transportes, o Itamaraty, o MDIC, e mais uma centena de agências e instituições, como Incra, Ibama, Anvisa, Funai etc.

Melhorar a governança passa pela redução dessa parafernália, mas, principalmente, pela decisão do novo presidente de que a estratégia para o agro será dele, do governo como um todo e do Estado, enfim.

Isso implica ampla participação do setor privado, por meio de suas entidades representativas, na nova governança.

Desses princípios todos derivam dezenas de propostas que serão aqui discutidas. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, embaixador especial da FAO para as Cooperativas, presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA) e presidente do Conselho da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)

Produzir

O DESAFIO DE IMPLANTAÇÃO DO CAR



Gustavo Diniz Junqueira*

A BUSCA por uma efetiva, eficiente e segura implantação do novo Código Florestal ganhou mais um capítulo no início de maio, com a publicação no Diário Oficial da União (DOU) de uma Instrução Normativa (IN) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com os procedimentos para incluir as propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Infelizmente, não foi o último capítulo, e um desfecho para o tema virou novela.

Dois anos já se passaram da aprovação no Congresso e da sanção presidencial do novo Código, mas indefinições permanecem, por falta de objetividade e clareza do Executivo em normatizar por completo a execução da lei.

Isso acarreta um cenário de insegurança jurídica não só para os mais de 5,6 milhões de produtores rurais, mas para todo o agronegócio, o setor imobiliário, a construção civil, as obras de infraestrutura, as hipotecas dos bancos e, consequentemente, a sociedade em geral.

De definitivo, o fato é que a inscrição no CAR é obrigatória para todos os proprietários rurais – independentemente de terem ou não passivos ambientais – e deve ser feita num prazo de um ano – a contar a partir do dia 5 de maio –, prorrogável por mais doze meses.

O preenchimento do formulário tem caráter autodeclaratório, com o proprietário indicando as informações do seu respectivo imóvel rural, de modo similar à declaração de Imposto de Renda.

O produtor rural não pode deixar de fazer sua inscrição, sob pena de novas multas e punições, bem como de ficar impedido de captar crédito rural oficial, entre outras sanções. Mas, não é necessário pressa.

A inscrição no CAR é o primeiro passo para a adesão aos Programas de Regularização Ambiental (PRA) estaduais para produtores que tiverem áreas com passivos ambientais. Nesse caso, as multas serão convertidas na obrigatoriedade da prestação de serviços ambientais por meio de recuperação, recomposição, regeneração ou compensação de áreas.

O produtor terá que ter muita atenção e cautela na inscrição, a fim de prestar informações com o máximo de exatidão, com o objetivo de reduzir os riscos de algum dado impreciso ou incorreto, que possa prejudicá-lo adiante.

Cabe ao produtor fazer um levantamento minucioso de sua propriedade, avaliando qual alternativa dos pontos de vista econômico e ambiental é a mais adequada, e, só depois, preencher o CAR.

Se o passo a passo nas questões que já estão definidas é complexo, imagine nos pontos onde ainda há impasse.

Análise da Rural aponta que a IN não resolve tópicos importantes, especialmente no tocante ao direito adquirido do uso para produção de áreas de mata, onde não era proibida a supressão vegetal, de acordo com as leis vigentes em diversas épocas.

A IN não traz critérios objetivos relacionados à intertemporalidade da lei. Na prática, áreas de produção compreendidas até então como consolidadas podem estar passíveis de serem reavaliadas, se tornando irregulares.

A ausência de objetividade e transparência na IN dá margem à interpretação do agente público, abrindo brechas para o autoritarismo e micropoder sem lastro legal.

Se a IN, que é o ato para a execução de uma lei, é vaga, as decisões de aplicação da legislação gerarão dúvidas, num ambiente que ficará marcado pelo vazio jurídico.

No fundo, o entendimento de áreas consolidadas do novo Código ainda carece de novas regulamentações, que são responsabilidade do Executivo.

O ponto nevrálgico é que não são todos os proprietários que estão calçados por essa IN. Se não houver nenhuma outra nova regulamentação, há um risco enorme de judicialização do CAR.

Chegou o momento de reconstrução de um ambiente de negócios mais seguro e previsível, que combine os legítimos e convergentes interesses entre proteção, produção e retorno financeiro.

A Rural prepara iniciativas – entre eventos, artigos e publicações – com o objetivo de dar mais luz à questão, contribuindo para deixar o produtor mais bem informado. E, simultaneamente, trabalha politicamente para mostrar ao Executivo que o assunto ainda requer novas ações para que trilhe o caminho certo. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

MUITAS NOVIDADES NA AGRISHOW 2014



Mônika Bergamaschi*

COMO JÁ é tradição, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do estado de São Paulo transferiu o seu gabinete e coordenadorias para a maior feira de tecnologia agrícola da América Latina – a Agrishow. Neste ano, a participação contou com importantes anúncios e excelentes novidades para o produtor rural.

O tom foi dado pelo governador Geraldo Alckmin, que, na abertura da Feira, anunciou mais R$ 100 milhões para o Pró-Trator II e R$ 50 milhões para o Pró-Implemento. São Paulo é o único estado do País que oferece aos seus produtores rurais financiamento de máquinas e implementos com juros zero, sem nenhum tipo de correção, ou seja, totalmente subvencionados. Com essa medida, o Pró-Trator atinge a marca de R$ 0,5 bilhão, e já são R$ 100 milhões para a aquisição de implementos.

Também, do FEAP – Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista –, nasce a linha Agricultura Irrigada Paulista, para atender a demanda do setor e financiar a introdução ou ampliação de sistemas de irrigação que minimizam os efeitos das estiagens, permitindo a diversificação de culturas e o incentivo à adoção de sistemas integrados de produção.

Agora, são trinta linhas no FEAP para o financiamento de custeio e investimento. Os prazos para pagamento podem chegar a até doze anos, dependendo da modalidade, e os juros não passam de 3% ao ano. Outra novidade é a disponibilidade para a aquisição conjunta de máquinas e implementos, com uma linha que permite a compra de caminhões e colhedoras por grupo de produtores. O teto para a colhedora de cana é de R$ 1 milhão e para as outras colhedoras (grãos, café, forrageiras e frutas), de R$ 600 mil.

Foi lançada, também, a PTV eletrônica – Permissão de Trânsito Vegetal. Antes emitida apenas manualmente, a PTV é necessária para viabilizar o trânsito de vegetais dentro e fora do estado. A emissão da guia é feita após avaliação documental e verificação da certificação fitossanitária de origem. A novidade traz mais agilidade para o produtor rural, maior eficiência para o monitoramento e controle de pragas, melhor rastreabilidade do trânsito de vegetais e maior confiabilidade aos produtos paulistas.

O estande da Secretaria de Agricultura na Agrishow reuniu o que o governo do estado tem de melhor. A APTA – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – apresentou a pesquisa inédita com aquaponia, um sistema integrado que utiliza os resíduos do sistema de produção de peixes para a produção de vegetais folhosos em cultivo hidropônico. Além dos nitratos, a mineralização dos dejetos dos peixes fornece às plantas boa parte dos elementos necessários ao crescimento, como fósforo, cálcio, ferro, entre outros. Com isso, não há a necessidade do uso intensivo de fertilizantes químicos. Outro ponto importante é que, para esse sistema, são usados menos de 5% da água necessária para a produção convencional de peixes e hortaliças.

O Poupatempo do Produtor Rural ficou à disposição do público. De forma itinerante, o projeto aproxima o produtor do trabalho que vem sendo executado nas 596 Casas da Agricultura distribuídas em todo o estado. Nos *trailers*, é possível ter acesso a mais de cinquenta serviços prestados pela SAA, além do CAR – Cadastro Ambiental Rural.

Ao longo da semana, houve demonstrações de tecnologias, como estufa-modelo, sementes, mudas, degustações de produtos de origem animal e vegetal, venda de publicações, maquete viva do projeto Microbacias II – que tem como objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável –, exposição de animais e de serviços prestados pela equipe de defesa agropecuária. Os produtores tiveram acesso a informações também sobre a Via Rápida Ambiental da Aquicultura, projeto voltado à simplificação do licenciamento ambiental de atividades aquícolas, e o já consagrado programa Melhor Caminho, de perenização de estradas rurais.

Para aqueles que não tiveram a oportunidade de estar lá, fica a sugestão e o convite para que reservem a data. Em 2015, a SAA certamente estará na 22ª edição, levando ainda mais novidades para os agricultores paulistas e brasileiros. ■

* Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Reflexão

UM PAÍS DO AGRONEGÓCIO



Luiz Carlos Corrêa Carvalho*

UMA ANÁLISE recorrente, no Brasil, diz respeito à diminuição de forma rápida da sua população rural, desde a década de 1960. Estima-se que o fluxo de migrantes, na maior parte em direção ao Sudeste, tenha sido de 27 milhões de pessoas. O pico desse processo ocorreu até final dos anos 90. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2000 a 2010, os brasileiros que viviam nas cidades passaram de 81,2% para 84,3%. Pelo censo formal, o contingente rural seria, agora, de apenas 15%, correspondente a quase 30 milhões habitantes.

Mas, como falta uma boa dose de consenso na definição sobre o espaço rural e urbano no Brasil, os questionamentos são frequentes. O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), por exemplo, aponta a vigência de uma legislação antiga (Decreto-lei nº 311, de 1938), cada vez mais desatualizada da realidade, com falta de precisão na delimitação das linhas de perímetro urbano dos municípios. As distorções do ponto de vista territorial, além de crescentes, ficaram mais evidentes.

Há, portanto, uma clara falta de padrão para definir o morador de uma cidade com uma economia e características predominantemente agrícolas. Essa análise fica mais complicada quando não se constata a existência de uma infraestrutura suficiente para a comunidade ser considerada efetivamente urbana. Para sentirmos o tamanho do problema, no censo do IBGE de 2000, aproximadamente 4 mil municípios e pouco abaixo de 90% do total não tinham mais de 20 mil habitantes, com grande parte da população ocupada na atividade agropecuária.

De acordo com a metodologia empregada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o Ipea mostra que, da população brasileira, 39% seriam rurais, 45% urbanos e 16% em situação intermediária. Com a falta de critério para distinguir quem mora no perímetro das grandes regiões metropolitanas e nos municípios menores, o estudo coloca em dúvida a intensidade da urbanização nacional.

Se, por um lado, isso merece uma reflexão das políticas públicas aplicadas no Brasil, por outro, remete-nos a uma avaliação mais consistente sobre as eleições. O peso das atividades de produções, de serviços e industriais ligadas à agropecuária, que representam o agronegócio na economia do País, estão presentes nos 5.570 municípios compilados pelo IBGE, no início deste ano, espalhados aos quatro cantos do País.

As várias manifestações nas ruas, deflagradas não apenas nas grandes cidades brasileiras, demonstram as insatisfações com as administrações públicas, por estas desagradarem grande parte da sociedade. Aliás, deve-se salientar que, há muito tempo, não se via tanto a corrente de preconceito sobre o agronegócio, com interpretações equivocadas sobre o seu conceito. Essa simples constatação coloca na berlinda os erros e acertos das políticas públicas aplicadas nesse setor, cujo enorme potencial de votos merece uma postura crítica e atenciosa dos candidatos. Certamente por isso, movimentos da "situação" tentarão atraí-lo, com forte posicionamento da "oposição" desde já.

Enquanto o Mato Grosso, estado campeão nacional da produção de grãos, quebra uma série de recordes, a falta de planos de governo sobre os investimentos em infraestrutura e logística aperta a margem do negócio. Por outro lado, São Paulo, estado campeão na produção de bioenergia renovável, assiste ao dramático aumento dos endividamentos das empresas e ao fechamento de dezenas de indústrias. As autoridades governamentais acusam a falta de produtividade da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, mas insistem com subsídios à gasolina. Cria-se uma ficção cujo roteiro é o de um filme de terror.

Este é um ano eleitoral em que as populações com atividades ligadas diretamente ou indiretamente ao campo poderão mostrar nas urnas o seu grau de descontentamento ou não, com o seu peso real, que o Ipea mostrou. Sobra, portanto, um grande viva à democracia! ■

* Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

MÁQUINAS AGRÍCOLAS

PREÇOS MÉDIOS DE COLHEITADEIRAS EM MAIO DE 2014 (R$/UNIDADE)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 32	360.000	500.000	425.000	490.000
Massey Ferguson	MF 9690	550.000	700.000	630.000	700.000
New Holland	CR 9060	770.000	850.000	943.400	840.000
New Holland	CS 660	600.000	640.000	731.400	700.000
New Holland	TC 5090	390.000	440.000	625.400	480.000
New Holland	TC 5070	330.000	390.000	508.800	560.000
Valtra	BC 6500	650.000	720.000	780.000	680.000
Valtra	BC 7500	720.000	840.000	830.000	830.000
Valtra	BC 4500	480.000	420.000	420.000	470.000
John Deere	1175 HY	347.000	470.000	409.000	477.405
John Deere	9470	505.000	640.000	547.500	652.454

Fonte: Scot Consultoria

PREÇOS MÉDIOS DE TRATORES EM MAIO DE 2014 (R$/UNIDADE)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 4292/4	115.000	145.000	132.000	123.000
Massey Ferguson	MF 7140/4	160.000	180.000	150.000	148.000
Massey Ferguson	MF 7370/4	205.000	190.000	240.000	240.000
New Holland	TM 7020 (T7 150)	180.000	160.000	174.900	230.000
New Holland	TM 7040 (T7 180)	200.000	210.000	212.000	260.000
New Holland	T 7245	257.000	250.000	318.000	380.000
Valtra	BM 125-4	121.000	135.000	152.000	154.000
Valtra	BH 185-4	190.000	203.000	226.600	238.000
Valtra	BH 110	225.000	250.000	281.000	275.000
John Deere	7210	278.000	306.000	320.000	300.760
John Deere	8335	375.000	600.000	580.000	654.050

Fonte: Scot Consultoria

PREÇOS MÉDIOS DE GRADES EM MAIO DE 2014 (R$/UNIDADE)

MARCA	MODELO	NÚMERO DE DISCOS	POTÊNCIA MÉDIA DO TRATOR (CV)	LARGURA DE TRABALHO (M)	PREÇO (R$)
	NIVELADORA				
Baldan	NV - 32	32	83-89	2,7	7.950,00
Baldan	NV - 40	40	104-112	3,4	10.790,00
Baldan	NVCR - 36	36	75-85	3,0	12.900,00
Baldan	NVCR - 48	48	110-118	4,1	15.700,00
Tatu	GN - 32	32	80-90	2,9	7.800,00
Tatu	GNCR - 36	36	97-105	3,3	14.500,00
Tatu	GN - 40	40	97-105	3,7	8.500,00
Tatu	Flutuanate GNF - 32	32	80-90	2,9	9.880,00
Tatu	Flutuante GNF - 36	36	80-90	3,3	14.200,00
Tatu	Flutuanate GNF - 40	40	97-105	3,7	14.900,00
Tatu	GNFM - 36	36	80-90	3,3	17.000,00
Tatu	GND	44	116-120	4,1	30.100,00
Tatu	GNDH	44	116-120	4,1	29.900,00
	ARADORA				
Santa Izabel	GACR-1224	12	60	1,3	12.910,50
Santa Izabel	GACR-1424	14	75	1,6	13.017,50
Santa Izabel	GACR-1626	16	90	1,8	15.727,00

Fonte: Scot Consultoria

EXEMPLO DE FINANCIAMENTO

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

O agricultor começa a pensar no preparo do solo para o plantio da safra 2014/2015. Considere um produtor que queira, em maio de 2014, comprar uma grade niveladora, modelo GND, da Tatu, cujo preço é R$ 30.1000,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 6.020,00), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para setembro de 2014). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a. No final do financiamento, o produtor terá pagado R$ 34.003,48 pela grade niveladora. * R$ 30.100,00: R$ 6.020,00 (20% de entrada).

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
01/09/14	R$ 24.080,00	R$ 2.408,00	R$ 763,94	R$ 3.171,94	1
01/03/15	R$ 21.672,00	R$ 2.408,00	R$ 787,53	R$ 3.195,53	2
01/09/15	R$ 19.264,00	R$ 2.408,00	R$ 522,67	R$ 2.930,67	3
01/03/16	R$ 16.856,00	R$ 2.408,00	R$ 457,34	R$ 2.865,34	4
01/09/16	R$ 14.448,00	R$ 2.408,00	R$ 392,00	R$ 2.800,00	5
01/03/17	R$ 12.040,00	R$ 2.408,00	R$ 326,67	R$ 2.734,67	6
01/09/17	R$ 9.632,00	R$ 2.408,00	R$ 261,33	R$ 2.669,33	7
01/03/18	R$ 7.224,00	R$ 2.408,00	R$ 196,00	R$ 2.604,00	8
01/09/18	R$ 4.816,00	R$ 2.408,00	R$ 130,67	R$ 2.538,67	9
01/03/19	R$ 2.408,00	R$ 2.408,00	R$ 65,33	R$ 2.473,33	10
Total		**24.080,00**	**3.903,48**	**27.983,48**	**-**

Total pago: R$ 6.020,00 (entrada) + R$ 27.983,48 (financiamento) = R$ 34.003,48.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA

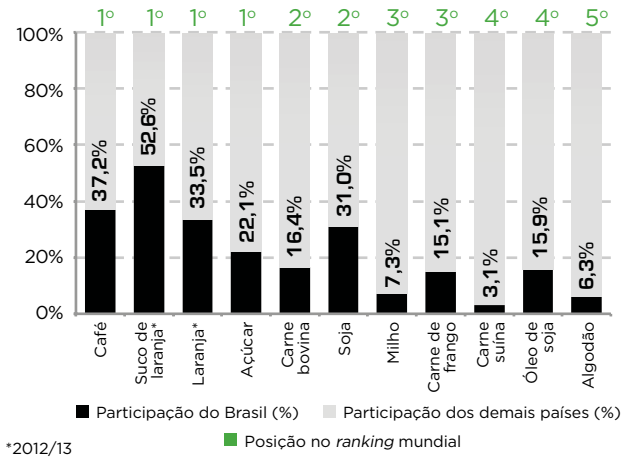
LEVANTAMENTO DA SAFRA DE GRÃOS 2013/14 (MIL TONELADAS)

PRODUÇÃO	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13 (A)	2013/14 PREVISÃO (B)	VARIAÇÃO (%) B/A
ALGODÃO (CAROÇO)	1.843,1	3.228,6	3.018,6	2.018,8	2.523,3	25,0
AMENDOIM TOTAL	226,0	226,5	294,7	326,3	322,0	-1,3
AMENDOIM 1ª SAFRA	191,9	199,2	274,6	306,7	294,6	-3,9
AMENDOIM 2ª SAFRA	34,1	27,3	20,1	19,6	27,4	39,8
ARROZ	11.660,9	13.613,1	11.599,5	11.819,7	12.598,7	6,6
AVEIA	244,1	379,0	353,5	360,7	397,9	10,3
CANOLA	42,2	69,7	52,0	60,5	60,5	0,0
CENTEIO	4,8	3,2	3,5	3,7	2,7	-27,0
CEVADA	201,4	283,9	305,1	287,2	361,1	25,7
FEIJÃO TOTAL	3.322,5	3.732,8	2.918,5	2.806,3	3.511,1	25,1
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.463,1	1.680,3	1.235,6	964,6	1.323,0	37,2
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.022,8	1.325,1	1.063,9	1.106,2	1.442,7	30,4
FEIJÃO 3ª SAFRA	836,6	727,4	619,0	735,3	745,1	1,3
GIRASSOL	80,6	83,1	116,4	110,0	207,8	88,9
MAMONA	100,6	141,3	24,8	15,8	69,1	337,3
MILHO TOTAL	56.018,0	57.407,0	72.979,8	81.505,7	75.455,6	-7,4
MILHO 1ª SAFRA	34.079,2	34.946,7	33.867,1	34.576,7	31.515,3	-8,9
MILHO 2ª SAFRA	21.938,8	22.460,3	39.112,7	46.928,9	43.940,3	-6,4
SOJA	68.688,2	75.324,3	66.383,0	81.499,4	86.082,3	5,6
SORGO	1.624,2	2.314,0	2.221,9	2.101,5	2.236,4	6,4
TRIGO	5.026,2	5.881,6	5.788,6	5.527,9	6.714,0	21,5
TRITICALE	172,1	114,9	112,2	117,0	104,8	-10,4
BRASIL	**149.254,9**	**162.803,0**	**166.172,1**	**188.560,2**	**190.647,0**	**1,1**

Fonte: Conab

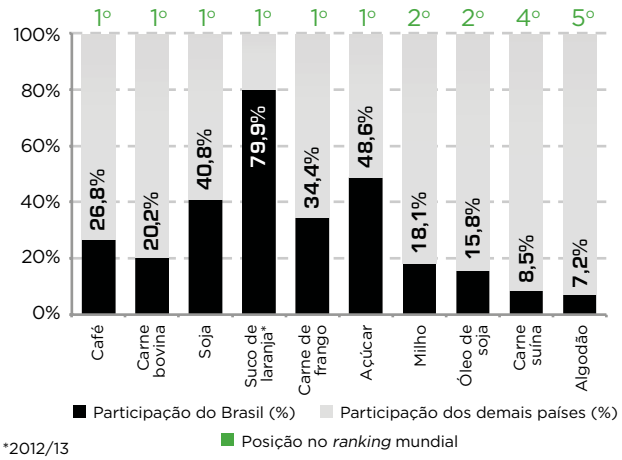
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2013/14



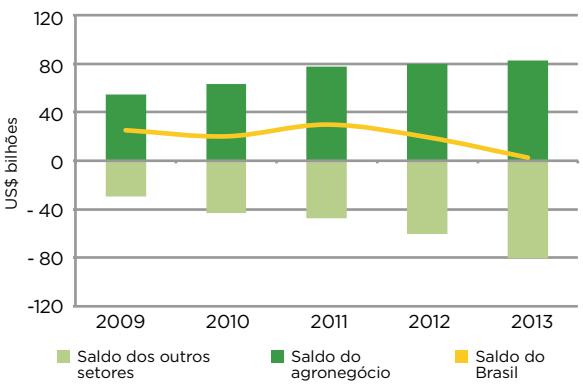
*2012/13
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2013/14



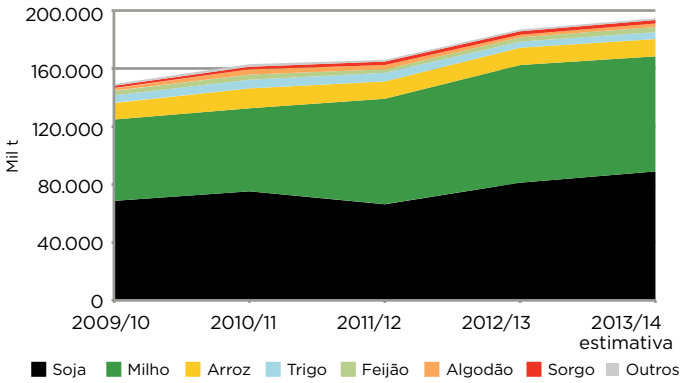
*2012/13
Fonte: USDA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



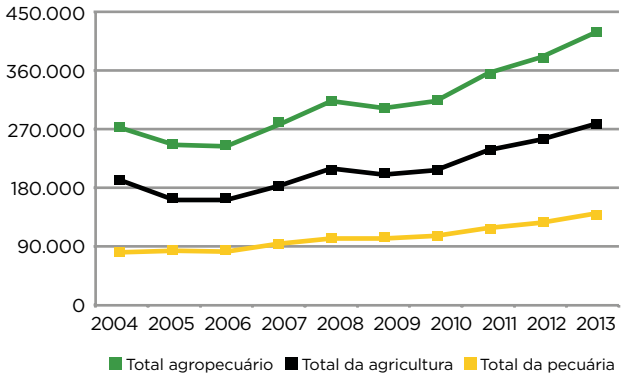
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



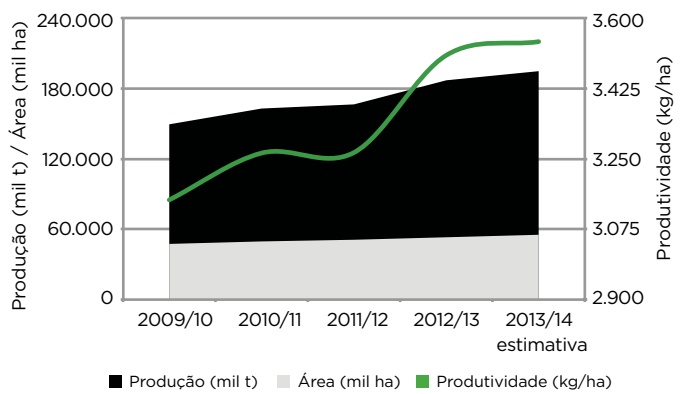
Fonte: Conab

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (R$ MILHÕES)



Fonte: IBGE; FGV; Cepea/Esalq-USP

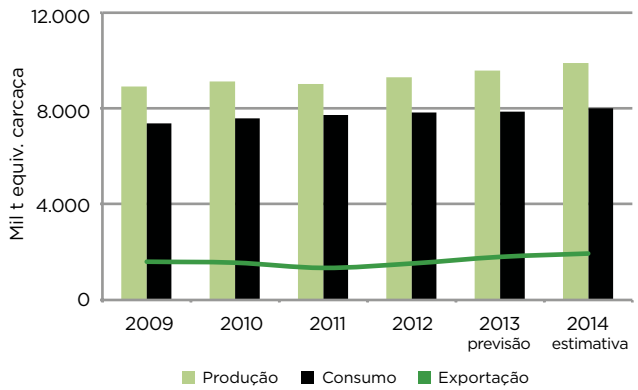
BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab

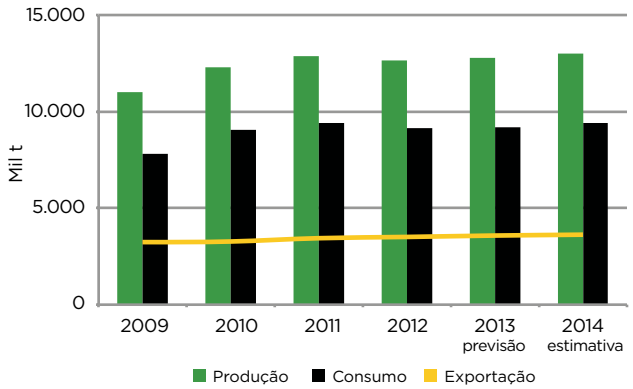
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA



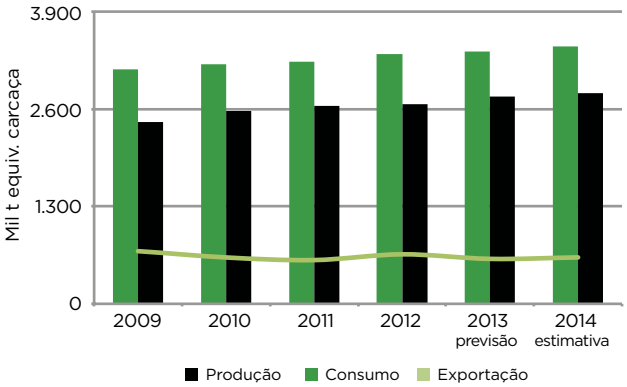
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE DE AVES



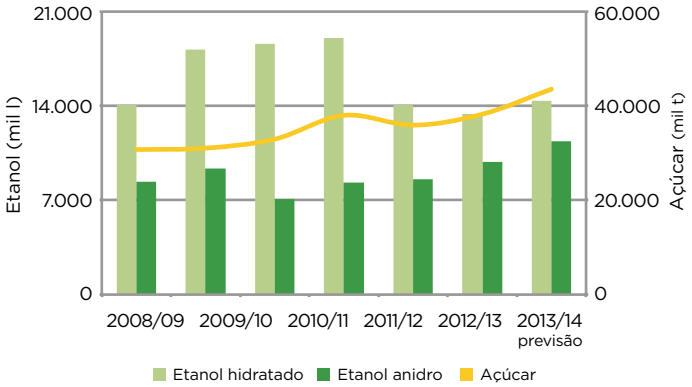
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE SUÍNA



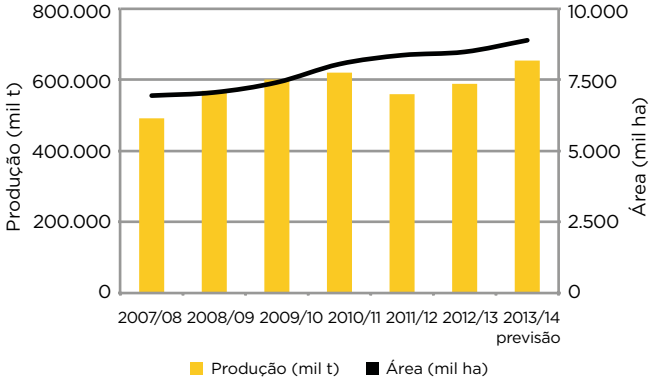
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ETANOL



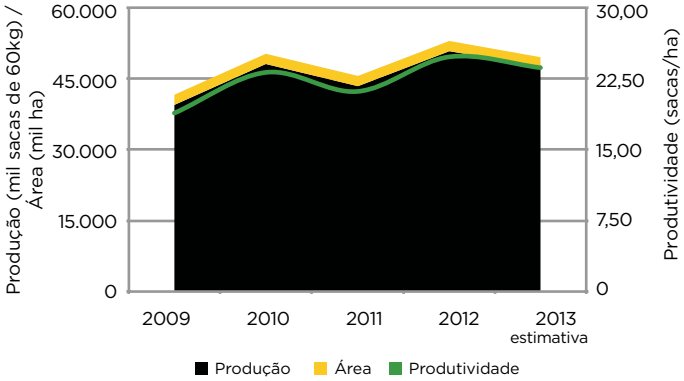
Fonte: UNICA

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM CAFÉ, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab